

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E  
MUCURI - UFVJM**

**Programa de Pós-Graduação Saúde, Sociedade e Ambiente  
Mestrado Profissional em Saúde, Sociedade e Ambiente - SASA**

**Erinaldo Barbosa da Silva**

**A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO  
MUNICÍPIO DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS  
ALTO VALE DO JEQUITINHONHA**

**Diamantina/MG**

**2015**

**Erinaldo Barbosa da Silva**

**A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO  
MUNICÍPIO DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS  
ALTO VALE DO JEQUITINHONHA**

**2015**

**Erinaldo Barbosa da Silva**

**A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO  
MUNICÍPIO DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS  
ALTO VALE DO JEQUITINHONHA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade  
de Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri -  
UFVJM, como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre Saúde, Sociedade e Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Nadja Maria Gomes Murta  
Coorientador: Prof. Dr. Herton Helder Rocha Pires

**Diamantina/MG**

**2015**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618.

S586c	<p>Silva, Erinaldo Barbosa da</p> <p>A cadeia produtiva da agricultura familiar do município de Couto de Magalhães de Minas – Alto Vale do Jequitinhonha / Erinaldo Barbosa da Silva. – Diamantina 2016.</p> <p>102 p.</p> <p>Orientador: Nadja Maria Gomes Murta Coorientador: Herton Helder Rocha Pires</p> <p>Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente) - Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p> <p>1. Alimentos. 2. Uso sustentável. 3. Organização comunitária. 4. Associação. 5. Associativismo. I. Título II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p> <p><b>CDD 307.72</b></p>
-------	--

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Erinaldo Barbosa da Silva**

**A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO  
MUNICÍPIO DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS  
ALTO VALE DO JEQUITINHONHA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade  
de Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri -  
UFVJM, como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre Saúde, Sociedade e Ambiente.

---

Profa. Dra. Nadja Maria Gomes Murta  
Orientadora

Data de Aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Daniel Ferreira da Silva  
Faculdade de Ciências Agrárias/UFVJM

---

Prof. Dr. Romero Alves Teixeira  
Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde/UFVJM

Diamantina/MG

Dedico este trabalho às pessoas que partiram deste plano

Mas, sempre estiveram presentes em meus pensamentos,

Enquanto, eu, egoisticamente, continuei o meu caminho até chegar aqui.

Minha sobrinha Carol, meu irmão Geraldo, meu cunhando Ney, Tia Dina e meu pai-camarada  
Elias.

## **AGRADECIMENTOS**

A todas as pessoas que conviveram comigo neste período, colegas de trabalho, amigos de diversão, companheiros de curso, de angústias, incertezas e alegrias.  
Contudo, agradeço, principalmente, à minha família por ter me aturado e confortado quando preciso.

Aos olhos azuis, penetrantes e cativantes da Uaná que me davam a certeza de que havia um motivo para todo o esforço.

A minha Orientadora Profa. Dra. Nadja Maria Gomes Murta pelas valiosas opiniões, revisões e conselhos.

Ao meu Coorientador Prof. Dr. Herton Helder Rocha Pires pela presença constante.

À Conceição pela paciência de sempre.

E a minha mãe D. Alaíde.

## **LISBON REVISITED**

**Fernando Pessoa Álvaro de Campos (1923)**

Não: não quero nada  
Já disse que não quero nada.

Não me venham com conclusões!  
A única conclusão é morrer.

Não me tragam estéticas!  
Não me falem em moral!  
Tirem-me daqui a metafísica!  
Não me apregoem sistemas completos, não me enfileirem conquistas  
Das ciências (das ciências, Deus meu, das ciências!) —  
Das ciências, das artes, da civilização moderna!

Que mal fiz eu aos deuses todos?

Se têm a verdade, guardem-na!

Sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da técnica.  
Fora disso sou doido, com todo o direito a sê-lo.  
Com todo o direito a sê-lo, ouviram?

Não me macem, por amor de Deus!

Queriam-me casado, fútil, quotidiano e tributável?  
Queriam-me o contrário disto, o contrário de qualquer coisa?  
Se eu fosse outra pessoa, fazia-lhes, a todos, a vontade.  
Assim, como sou, tenham paciência!

Vão para o diabo sem mim,  
Ou deixem-me ir sozinho para o diabo!  
Para que havemos de ir juntos?

Não me peguem no braço!  
Não gosto que me peguem no braço. Quero ser sozinho.  
Já disse que sou sozinho!  
Ah, que maçada quererem que eu seja de companhia!

Ó céu azul — o mesmo da minha infância —  
Eterna verdade vazia e perfeita!  
Ó macio Tejo ancestral e mudo,  
Pequena verdade onde o céu se reflete!  
Ó mágoa revisitada, Lisboa de outrora de hoje!  
Nada me dais, nada me tirais, nada sois que eu me sinta.

Deixem-me em paz! Não tardo, que eu nunca tardo. . .  
E enquanto tarda o Abismo e o Silêncio quero estar sozinho!



## RESUMO

Na região do Alto Vale do Jequitinhonha são poucos os estudos voltados para a cadeia produtiva da agricultura familiar. O objetivo geral da pesquisa foi o de descrever a cadeia produtiva da agricultura familiar do município de Couto Magalhães de Minas a partir da identificação e relatos dos agricultores familiares, suas associações e parceiros institucionais. Tendo como objetivos específicos identificar as etapas da cadeia produtiva da agricultura familiar, conhecer a importância das organizações de agricultores familiares para o processo de comercialização de alimentos e diagnosticar os entraves técnicos e gerenciais das organizações de agricultores familiares. Para coleta de dados junto aos sujeitos de pesquisa foram utilizados questionários semiestruturados. Participaram da pesquisa 13 agricultores familiares, quatro representantes das organizações de agricultores e quatro representantes das instituições parceiras. A cadeia produtiva da agricultura familiar de Couto de Magalhães de Minas segue um caminho simples e curto com seus produtos destinados principalmente ao mercado local. A maioria dos agricultores familiares entrevistados considerou que os assuntos tratados nas reuniões de suas associações eram tanto de interesse da diretoria, quanto seus e que os benefícios advindos da participação nas suas associações estavam relacionados: ao acesso aos implementos agrícolas, a obtenção de crédito rural e maior inserção no mercado. Por outro lado, os parceiros institucionais destacaram que a importância das associações eram relativas à participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e pela sua representatividade junto ao poder público. Os principais entraves apontados pelos agricultores familiares na cadeia produtiva foram: a ausência de Assistência e Extensão Rural regular e constante, a falta do recurso hídrico, a falta de matéria-prima, a falta de transporte adequado dos produtos, a ausência de divulgação dos seus produtos e falta de selo de certificação sanitário. Evidenciou-se que as associações de agricultores familiares eram importantes atores sociais para a cadeia produtiva da agricultura familiar do município. Contudo, faz-se necessário que sejam criados mecanismos para que as associações sigam o proposto pelo Plano Nacional de Economia Solidária. Como proposta para o fortalecimento da cadeia produtiva do município, sugere-se a implantação de uma central de associações que aglutine e articule projetos e programas de interesse comum de todas.

**Palavras-Chave:** Alimentos. Uso Sustentável. Organização comunitária. Associação. Associativismo.

## ABSTRACT

In the High Jequitinhonha Valley county few studies on the family agriculture production chain are found. The overall goal of this study was to describe the productive chain of family farming in the town of *Couto Magalhães de Minas*, drawing from the identification and reports of family farmers, their organizations and institutional partners. More specifically, it aimed to identify the stages in the family farming production chain, learn about the importance of family farmers' organizations for the process of food marketing, and diagnose technical and managerial barriers in these organizations. To collect data, semi-structured questionnaires were used. Subjects included 13 family farmers, four representatives of farmers' organizations and four representatives of partner institutions. The productive chain of family farming in *Couto de Magalhães de Minas* follows a short and simple path, with its products primarily intended for the local market. Most family farmers interviewed considered that the issues addressed in their associations' meetings were of interest to the management board as well as to themselves, and that the benefits resulting from participation in their associations related to: access to farm implements, rural credit achievement and greater market insertion. On the other hand, the institutional partners highlighted that the relevance of the associations was subject to their participation in the Municipal Council for Sustainable Rural Development and to its representativeness before the government. The main obstacles mentioned by the subjects about the production chain were: lack of regular and constant assistance and Rural Extension, lack of water resources, lack of raw material, lack of adequate transport of the products, lack of marketing of their products and lack of a sanitary certification seal. It became evident that the family farmers' associations were important social actors for the productive chain of family agriculture in the town. However, it is necessary that mechanisms be created so that they follow what has been proposed by the National Solidarity Economy Plan. As a proposal for the strengthening of the town's productive chain, it is suggested the implementation of an associations headquarters that clusters and articulates projects and programs of common interest to all.

Keywords: Food. Sustainable use. Community organization. Association. Associativism.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Mapa do Vale do Jequitinhonha/MG.....	21
Figura 2 - Mapa dos municípios da Gerência Regional de Saúde de Diamantina, em destaque para o município de Couto de Magalhães de Minas Gerais.....	23
Figura 3 - Sistema de produção de alimentos em APL.....	46
Figura 4 - Quintal produtivo na Cidade de Couto Magalhães de Minas, Minas Gerais.....	66

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - População urbana e rural do município de Couto Magalhães de Minas em 1980, 1991, 2000, 2010.....	24
Tabela 2 - Tipologia de Mercado para Agricultura Familiar.....	45
Tabela 3 - Caracterização da produção da agricultura familiar, segundo tempo de comercialização, destino do produto, canal de comercialização e forma de pagamento. Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, 2015.....	54
Tabela 4 - Caracterização da participação do agricultor familiar na sua organização, segundo a sua filiação, participação, frequência e percepção da importância dos assuntos tratados nas reuniões, Minas Gerais, 2015.....	56
Tabela 5 - Percepção dos Parceiros sobre Agricultura Familiar em Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, 2015.....	57
Tabela 6 - Avaliação da Organização, segundo o grau de proximidade do agricultor familiar, ganhos e benefícios obtidos via associação às entidades representativas.....	58
Tabela 7 - Quantitativo de Agricultores Familiar em Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, relatado pelos parceiros, 2015.....	59
Tabela 8 - Situação da produção de leite na Agricultura Familiar em Couto Magalhães de Minas, Minas Gerais, 2015.....	69
Tabela 9 - Características das Organizações de Agricultores Familiares de Couto Magalhães de Minas, Minas Gerais, 2015.....	72
Quadro 1 - Comparativo dos modelos de agricultura patronal e agricultura familiar.....	20
Quadro 2 - Diferentes tipos de capitais.....	26
Quadro 3 - Caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil.....	41

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ACDRC	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural Gonçalo das Canjicas
AMAJE	Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha
ASDEGA	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural Gangorras
ASCOMDRA	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Amendoim
APICOUTO	Associação dos Apicultores de Couto Magalhães de Minas
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAV	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
CEASA	Central de Abastecimento S/A.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CIAT	Conselho para Implementação de Ações Territoriais
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FRUTIVALE	Associação de Fruticultores do Vale do Jequitinhonha
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICMS	Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte, Nordeste e Mucuri de Minas Gerais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IICA	Instituto Interamericano para Cooperação para a Agricultura
IG	Indicação Geográfica
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
ITR	Imposto Territorial Rural
ONU	Organização das Nações Unidas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
SAF	Sistema Agroflorestral
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIS	Programa de Integração Social
PRONAF	Programa de Fortalecimento Familiar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>19</b>
2.1 O Vale do Jequitinhonha.....	19
2.1.1 O território do Alto Vale do Jequitinhonha.....	21
2.1.2 O município de Couto de Magalhães de Minas.....	22
2.2 O processo e o conceito de desenvolvimento.....	24
2.2.1 O conceito de desenvolvimento.....	24
2.2.2 O processo de desenvolvimento.....	26
2.3 Modelos organizacionais e mercado.....	28
2.3.1 A cooperação.....	28
2.3.2 O cooperativismo.....	30
2.3.3 O mercado.....	35
2.4 A Agricultura Familiar.....	37
2.5 Cadeia produtiva, assistência técnica e extensão rural e arranjo produtivo local.....	38
2.5.1 Cadeia Produtiva.....	38
2.5.2 Assistência Técnica e Extensão Rural.....	39
2.5.3 Arranjo Produtivo Local (APL).....	42
2.6 A Segurança alimentar e nutricional.....	43
<b>3 OBJETIVOS.....</b>	<b>46</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>48</b>
4.1 Local e tipo do estudo.....	48
4.2 Sujeitos da pesquisa.....	48
4.3 Instrumentos e coleta dos dados.....	49
4.4 Tratamento e análise dos Dados.....	51
4.5 Considerações éticas.....	51
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>52</b>
5.1 Agricultores Familiares.....	52
5.2 Representantes das organizações parceiras.....	59
5.3 Organizações de agricultores familiares.....	71
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICE I - ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR – agricultores familiares.....</b>	<b>88</b>
<b>APÊNDICE II - ENTREVISTA EXPLORATÓRIA SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR – Parceiros.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE III - ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR – Organização de Produtores.....</b>	<b>91</b>

<b>APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Agricultor Familiar.....</b>	<b>.94</b>
<b>APÊNDICE V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Parceiros.....</b>	<b>.96</b>
<b>APÊNDICE VI – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Representante das Organizações de Agricultores.....</b>	<b>.98</b>
<b>APÊNDICE VII - Feira Livre de Couto Magalhães de Minas.....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE VIII – Praça Principal da Cidade de Couto Magalhães de Minas/MG.....</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICE IX - Estimativas de população segundo situação básica de domicílio América Latina e Brasil, 1990/2050.....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXO I – Produto Interno Bruto Estadual por Regiões do Estado de Minas Gerais.....</b>	<b>103</b>



# 1 INTRODUÇÃO

O ano de 2014 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas como o ano internacional da Agricultura Familiar. No Brasil, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a agricultura familiar engloba 4,3 milhões de unidades produtivas (84% do total) e 14 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, representando em torno de 74% do total das ocupações distribuídas em 80.250.453 hectares, (25% da área total). (GUILHOTO *et al.*, 2005).

A principal característica da produção proveniente da agricultura familiar é que ela se destina para o autoconsumo, ocorrendo excedentes este se destina as populações urbanas locais, o que é essencial para a segurança alimentar e nutricional. (ALMEIDA *et al.*, 2006).

Por outro lado, vale ressaltar que a agricultura familiar não se mostra como um fenômeno homogêneo e a-histórico no contexto brasileiro, portanto, um dos desafios é compreender esse fenômeno *in situ*, para assim, colaborar de maneira efetiva no processo de desenvolvimento rural integrado e sustentável. (CRIBB e CRIBB, 2008).

Vale ressaltar que as contribuições da agricultura familiar para o país não se resumem à produção de alimentos, ela contribui também para o equilíbrio ambiental. Segundo Noronha e Ribeiro, (2009), a agricultura, além da sua função clássica de produzir alimentos e fibras, influi também na paisagem e na conservação dos recursos naturais.

A escolha do tema e do objeto de estudo se deve pelo interesse em conhecer a dinâmica do processo de organização dos pequenos produtores, no que diz respeito à comercialização agrícola vai além dos seus limites e potencialidades, principalmente porque me graduei em Tecnologia em Cooperativismo, Administração de Cooperativas e tive a oportunidade de trabalhar como assessor técnico de organização em assentamentos, projetos de irrigação e cooperativas agropecuárias.

Além disso, nota-se que há escassez na microrregião do Alto Vale Jequitinhonha de trabalhos voltados para a análise das cadeias produtivas da agricultura familiar, sendo que o conhecimento do arranjo produtivo local pode favorecer a criação de oportunidades tecnológicas e gerenciais que fortaleçam a agricultura familiar local.

Considerando que os estudos sobre agricultura familiar não contemplaram o estudo do papel das organizações da agricultura familiar para o desenvolvimento local no município de Couto Magalhães de Minas, torna-se relevante a realização de estudos e pesquisas com foco, nas organizações, a fim de subsidiar a solidificação, ampliação das ações e fortalecimento das mesmas.

Assim, pretende-se nesse trabalho analisar a importância das organizações de pequenos produtores do município de Couto de Magalhães de Minas no sistema de produção e comercialização de alimentos e seu papel para o fortalecimento da agricultura familiar.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 O vale do Jequitinhonha

Na análise de Prado Júnior (1976) as características marcantes da formação da economia colonial brasileira estão representadas pelo latifúndio, a monocultura, seu foco na exportação (seja a produção agropecuária, seja o extrativismo vegetal e mineral) e o trabalho escravo. Nos primórdios da colonização e início do império brasileiro não se encontrava as condições para aparecimento do campesinato na sociedade brasileira.

Ainda segundo Prado Júnior (1976) o surgimento da pequena propriedade rural remonta o século XIX estimulada pela formação de grandes aglomerações urbanas e industriais que necessitava de alimentos que cuja produção, por sua vez, não era compatível com os padrões da grande propriedade rural baseada na monocultura e exploração extensiva. (PRADO JÚNIOR, 1976).

Consoante com Jardim (1998) o processo de colonização do Vale do Jequitinhonha no início da exploração portuguesa se deu através dos rios:

Os rios foram as vias mais naturais, os meios mais praticáveis para se alcançar o sertão: o Rio São Francisco, o Rio Pardo, o Rio Jequitinhonha, o Rio Doce, o Rio Mucuri, e outros. Por eles entravam os arrojados indivíduos à cata de tesouros, indiciados nas pedras e pepitas encontradas às margens dos rios, junto às areias e aos seixos trazidos nas enxurradas montanhas abaixo e apresentados no litoral pelos indígenas, açulando mais ainda a fantasia desses intrépidos idealistas (JARDIM, 1998, p. 42).

Contudo, ainda conforme a mesma autora somente no ano de 1554 no governo de Duarte Costa foi possível adentrar-se oficialmente no Vale do Jequitinhonha por meio da expedição chefiada por Francisco Bruza Espinosa. Já em 1573 na expedição de Sebastião Fernandes Tourinho começa-se o processo de escravização indígena no Vale do Jequitinhonha. (JARDIM, 1998).

Na segunda metade do Século XVIII, a produção de ouro e diamantes se intensifica em quase toda Minas Gerais e com ela o trabalho escravo também se intensifica (SCILIAR, 2006, p. 66). Embora Ribeiro (1996) afirme que a lavra de ouro iniciou no final

do século XVII. Os diamantes foram descobertos em 1714 na Comarca de Nossa Senhora da Conceição do Serro, também no Vale do Jequitinhonha.

Segundo Almeida (2002) o Vale do Jequitinhonha (Anexo I) possui um quadro crítico de desigualdade social do estado, sendo considerada uma região de base agrária, com baixo nível de desenvolvimento na qual a maioria da população vive em condições socioeconômicas precárias, induzindo o processo de êxodo rural.

Neste sentido, no Vale do Jequitinhonha, segundo relatório da FAO/INCRA (1995) tem-se tanto a existência de propriedades rurais de médio e grande porte (agricultura patronal), quanto pequenas propriedades (agricultura familiar) que guardam historicamente diferenças significativas e que podem se descritas em termos comparativos no (QUADRO 1).

Quadro 1 - Comparativo dos modelos de agricultura patronal e agricultura familiar.

<b>MODELO PATRONAL</b>	<b>MODELO FAMILIAR</b>
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e pela sua família.
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação.
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade de recursos e na qualidade de vida.
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas, eliminação de decisões de “terreno e de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: FAO/INCRA, 1995.

Conforme Almeida (2002), a estrutura produtiva da agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha está baseada na exploração de culturas alimentares básicas como milho, feijão, arroz e mandioca, com características de subsistência, elemento típico da economia camponesa. Na maioria das pequenas propriedades, as atividades produtivas são desenvolvidas nos moldes familiares, onde as relações de parcerias/mediação são comuns e compõem o mecanismo básico de produção local.

### 2.1.1 O Território do Alto Vale do Jequitinhonha

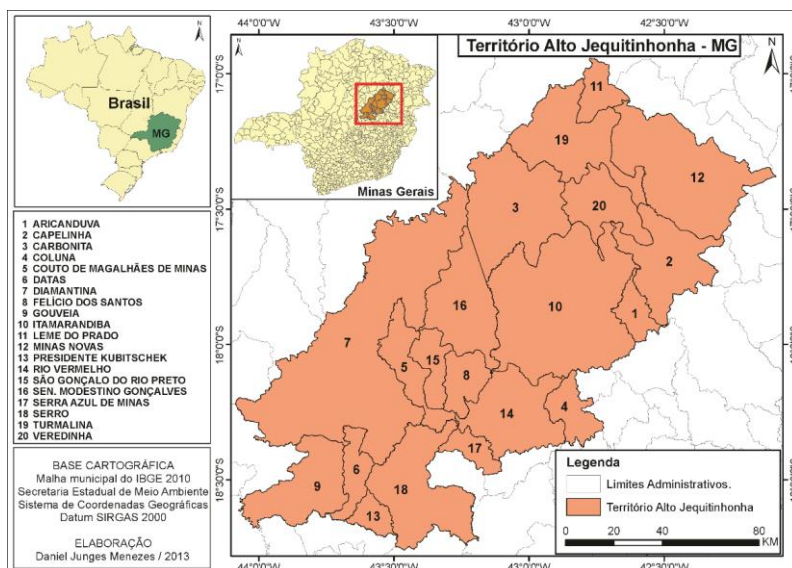
No presente trabalho, adota-se a perspectiva do recorte territorial conceituado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário sendo:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (CIAT *apud* MDA, 2006, p. 3).

Portanto, o conceito de território assume uma perspectiva dinâmica e que se constrói e é construído pela interação dos atores com o meio natural, tal como definido por Pereira e Ribeiro (2013, p. 65) “o território é o resultado de uma relação contínua e recíproca entre a sociedade, ou grupo social, e o ambiente material”. As ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário via Secretaria de Desenvolvimento (SDT) orientam-se pelo objetivo de fortalecer o processo de desenvolvimento dos territórios de Identidade e da Cidadania. (MIRANDA, 2012).

O Território do Alto Jequitinhonha localiza-se na região Nordeste do Estado de Minas Gerais e é constituído por 20 municípios. (FIG 1).

Figura 1 – Mapa do Território do Alto Vale do Jequitinhonha - MG



Fonte: Silva (2014, p. 52).

Em relação aos aspectos culturais o Conselho para Implementação de Ações Territoriais considera que:

Uma das dimensões que merece destaque e que diferencia e identifica o povo do Território do Alto Jequitinhonha é sua forte cultura, apresentada nas suas diversas manifestações artísticas e culturais, representada pelo folclore centenário e pelo variado artesanato que vem ganhando cada vez mais espaço; destaca-se ainda a sua forte religiosidade, manifestada na maioria das vezes como parte de sua cultura primária, um apelo às crenças como elemento de busca de forças para enfrentar as adversidades impostas pela natureza da região. (CIAT, 2006, p.8).

Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2011), a região do Alto Vale do Jequitinhonha concentrava em 2010 uma população de 81.709 habitantes. Com base nos dados censitários, esta região apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e grande disparidade de renda. Ribeiro *et al* reforça tal ideia:

A associação do Jequitinhonha com pobreza é recente, surgida nos anos 60/70, no tempo do *milagre econômico* e dos programas de desenvolvimento. Apareceu assim no Primeiro Plano Mineiro de Desenvolvimento, de 1971 – certamente o documento que inaugurou essa abordagem que se tornaria corriqueira –, por conta da baixa produtividade agrícola e da precariedade dos indicadores sociais. (RIBEIRO et al., 2007, p. 7).

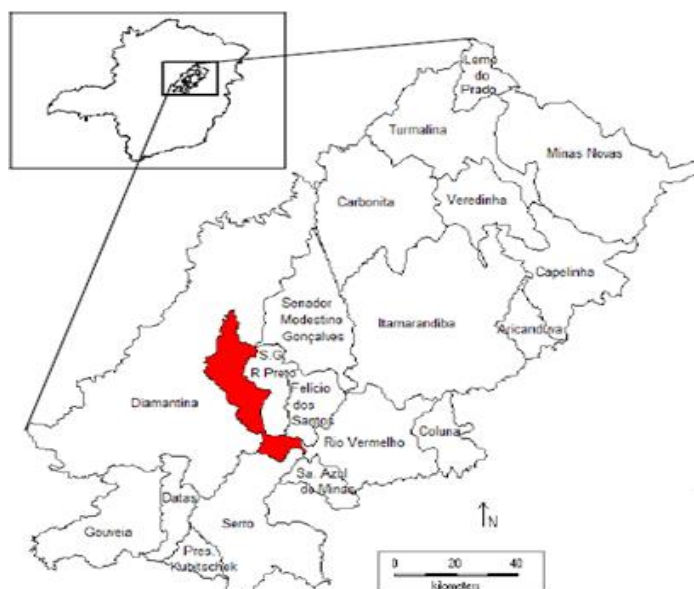
O Vale do Jequitinhonha não é pobre de recursos, ressalta-se que a região do Alto Jequitinhonha tem um quadro natural bastante diversificado, tanto em relação ao relevo, quanto à vegetação e ao clima. Com destaque, ora para os fatores positivos dessa diversidade (formações geológicas que permitem ampla exploração da atividade mineradora (garimpos, principalmente) condições topográficas favoráveis de suas extensas áreas de chapadas etc.), ora para fatores negativos de um quadro natural, caracterizado pela escassez de terras e chuvas: em geral com baixa fertilidade natural, escassez de recursos hídricos e concentração do regime pluviométrico (CIAT, 2006).

### **2.1.2 O Município de Couto Magalhães de Minas**

Situado no Alto Vale do Jequitinhonha (FIG 2), o município de Couto de Magalhães de Minas com uma área de 485,654 km<sup>2</sup> possui 4.204 habitantes e a sua economia

está fundamentada no setor de serviços, seguida, respectivamente, pela indústria e pela agropecuária (IBGE, 2011).

Figura 2 - Mapa dos municípios da Gerência Regional de Saúde de Diamantina, em destaque para o município de Couto de Magalhães de Minas. Minas Gerais.



Fonte: Paulino adaptado da Gerência Regional de Saúde de Diamantina, (2013, p. 40).

A história do município de Couto Magalhães de Minas está ligada, diretamente, ao surgimento do município de Diamantina. Desse modo, a Lei estadual n.º 2, de 14 de setembro de 1891, confirmou a criação do distrito-sede de Diamantina. Mais adiante, pelo disposto na Lei estadual n.º 843, de 7 de setembro de 1923, o Distrito de Rio Manso pertencente a Diamantina recebeu a denominação de Couto Magalhães de Minas (APÊNDICE VIII), sendo este elevado à categoria de Município em dezembro de 1962, pela Lei n.º 2.764. (IBGE, 2011).

O município de Couto de Magalhães de Minas juntamente com os da bacia do rio Jequitinhonha (Datas, Diamantina, Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto e Serro) fazem parte do Projeto de Turismo Estadual compondo o Circuito da Estrada Real (INTERTECHNE, 2009).

Do ponto de vista demográfico o município de Couto de Magalhães de Minas tem porte populacional inferior a 10.000 habitantes e vem, ao longo do tempo (1980-2000)

aumentando sua população absoluta, embora tenha diminuindo a sua população rural (TAB 1).

Tabela 1 - População urbana e rural do município de Couto Magalhães de Minas em 1980, 1991, 2000, 2010.

1980			1991			2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1.984	1.135	3.119	3.180	832	4.012	3.621	386	4.007	3.835	369	4.204
64%	36%	100%	79%	21%	100%	90%	10%	100%	91%	9%	100%

Fonte: IBGE (1980, 1991, 2000 e 2010), adaptado.

No que se refere à renda dos habitantes de Couto Magalhães de Minas segundo o IBGE (2011), 59,8% obtinham um rendimento médio mensal de até R\$ 255,00 sendo que valor médio do rendimento mensal domiciliar per capital para o meio rural era de R\$ 240,00. Deve-se considerar que o valor monetário do salário mínimo em 2010 era corresponde a R\$ 510,00.

Conforme Paulino *et al.* (2015), em Couto de Magalhães de Minas, os pequenos produtores, e principalmente os agricultores feirantes, produzem em família, sendo que dificilmente algum membro do grupo doméstico é excluído do trabalho. Evidenciando, portanto, a necessidade de se conhecer o sistema de produção de alimentos da região, para se obter informações que auxiliem na elaboração de atividades/ações/projetos que possam contribuir com a comunidade local, visando o direito a uma alimentação segura e, nutricionalmente, adequada.

## 2.2 O processo e o conceito de desenvolvimento

### 2.2.1 Conceito de desenvolvimento

Vários autores, tais como Pereira (1980), Furtado (1964), Sen (2000) e organizações se preocuparam em conceituar desenvolvimento ao longo da história, em uma breve síntese apresenta-se a seguir alguns deles. Usualmente tem-se diversas terminologias para caracterizar o desenvolvimento, desde “desenvolvimento econômico”, passando por “desenvolvimento econômico local”, “desenvolvimento rural”, “desenvolvimento sustentável”, dentre outros.



Furtado (1964) acrescenta que o desenvolvimento econômico é um processo de mudança social pelo qual números crescentes de necessidades humanas são satisfeitas via diferenciação no sistema produtivo por inovações tecnológicas. A privação material gera o “subdesenvolvimento”.

Para Pereira (1980) o desenvolvimento é um processo de transformações inter-relacionadas nos aspectos econômicos, sociais e políticos, tendo como resultado mais importante à melhoria de vida da população de determinada área geográfica. Esse conceito de desenvolvimento aplica-se com mais propriedade as dimensões geográficas maiores e normalmente é impulsionado por um agente externo, normalmente o Estado.

Por outro lado, Jara (1998) adverte que, para haver desenvolvimento sustentável, seria necessário que se estabelecesse uma forma de governo que garantisse a participação nas decisões. A busca do desenvolvimento local requer, portanto, a existência de capital social, construído através do estabelecimento de novas relações sociais, baseadas na solidariedade, confiança e na cooperação.

Sen (2000, p. 108) entende que o subdesenvolvimento pode ser “visto amplamente na forma de privação de liberdade”, devido à limitação que causa aos indivíduos, no que se refere aos impedimentos e restrições para a melhoria da qualidade de vida. O contrário do subdesenvolvimento, para o renomado economista, é o processo de desenvolvimento em que ocorreria a eliminação de privações de liberdade com ocorrência da ampliação de direitos: as pessoas passariam a ter uma ampliação das escolhas referentes principalmente, as diferentes possibilidades de determinarem suas vidas.

Ainda segundo Sen (2000), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais e substantivas que as pessoas desfrutam, portanto não é possível dissociar elevação da renda do aumento das capacidades, uma vez que a renda é importantíssima para o aumento das capacidades de produzir, acessar as políticas públicas, adentrarem em mercados mais complexo e melhorar sua qualidade de vida. Nesse aspecto, a abordagem do desenvolvimento como liberdade privilegia o preceito de que todos devem participar da decisão do que se pode fazer ou não em nome da tradição.

Além disso, tem-se o termo “desenvolvimento sustentável” que o desenvolvimento sustentável segundo definição da Organização das Nações Unidas (ONU) é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as

gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. De acordo com Nascimento (2012) nos embates ocorridos nas reuniões de Estocolmo (1972) e Rio (1992), nasce a ideia de que o desenvolvimento tem, além de um cerceamento ambiental, uma dimensão social. Nesta, está contida a noção de que a pobreza é provocadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas.

### 2.2.2 O processo de desenvolvimento

Para Mançano (2008) no processo de desenvolvimento local deve-se levar em consideração o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Dessa forma, a expressão “desenvolvimento local”, refere-se não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital ecológico, capital social, capital humano, capital privado e capital intelectual. No Quadro 2 tem-se a definição pormenorizada da definição dos diferentes tipos de capitais. Sendo que o capital social e o capital intelectual são extremamente importantes para o desenvolvimento no território e fortalecimento das organizações locais.

Quadro 2 – Diferentes tipos de capitais

Capitais	Características
Capital Ecológico	A reserva de todos os recursos do meio ambiente e ecológicos. É uma reserva dinâmica que inclui a biosfera, a herança genética, espécies animais e vegetais.
Capital Social	“Ele compreende as normas, as condutas, as relações e os tipos de organizações que ajudam a unir as pessoas. Um mínimo grau de confiança, de respeito e de dignidade e comunicação entre as pessoas é necessário nessa forma de capital”.
Capital humano	<i>Savoir-faire</i> e conhecimentos que são utilizados pelos homens. Por sua vez o capital humano específico relacionado à empresa «aprender fazendo» tem uma importância considerável.
Capital Privado	Essa categoria inclui a criação de estruturas duráveis que são relevantes no quadro da empresa, tais como máquinas, fábricas, oficinas, edifícios e infraestrutura.
Capital Intelectual	São os fatores dinâmicos ocultos, pode ser dividido em Capital Estrutural, Capital de Clientes e o Capital Humano.

Fonte: adaptado de Oliveira (2014, p. 66) e Zalafon, Duarte e Rodrigues (2010, p. 2).

Na mesma linha de pensamento, Schallenger (2003) considera que desenvolvimento é um processo coletivo de mudança social, verificado em elementos

socioculturais, políticos e econômicos territorializados. O local e o regional são categorias que situam o homem no seu entorno e despertam nele a consciência da materialidade social.

Em sentido *lato*, o desenvolvimento que leva em consideração o homem e o seu território busca o empoderamento e emancipação social e econômica das pessoas e constrói se um novo capital: o capital territorial, nos termos observados por Oliveira (2014):

O capital territorial é histórico e o empoderamento é um fator fundamental na sua constituição e no desenvolvimento. O espaço e o território servem para a ação por meio de políticas que visam empoderar indivíduos, organizações e comunidades, angariando recursos e meios legais que possam ter voz e visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão, levando os excluídos ao empoderamento, pois a exclusão desempodera. (OLIVEIRA, 2014, p. 66).

Deste modo, o desenvolvimento local no Brasil teve grande impulso através de programas específicos e experiências desenvolvidas em parceria entre órgãos públicos e privadas. Segundo Fernandes:

Os Programas de Desenvolvimento Local ampliaram sua atuação no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, mediante a presença de órgãos governamentais e não governamentais na implantação de metodologias participativas, que envolviam a população no processo e no encaminhamento das ações. (FERNANDES, 2015, p. 2).

Em referência ao processo de desenvolvimento rural, Oliveira afirma que

A partir dos anos de 1990, a retomada dos debates sobre o desenvolvimento rural na agenda das políticas públicas; o foco dos programas e políticas se volta para busca do desenvolvimento rural sustentável, baseado em um processo de desenvolvimento que perpassasse o aspecto econômico e enveredasse pelos aspectos sociais, promovendo qualidade de vida e inserção social, e, os aspectos ambientais, desde a utilização responsável dos recursos naturais bem como sua recuperação e/ou preservação. (OLIVEIRA, 2014, p. 30).

Para Arns, o processo de desenvolvimento econômico local

É resultado de um processo endógeno, que surge de dentro para fora, de um esforço dos atores locais, portanto resultado da ação de pessoas que provocam mudanças no seu meio; e o **local** (grifo do autor) é visto como o alvo sócio-territorial no qual a capacitação e a ação dos diferentes agentes são desenvolvidas de forma harmônica, integrada e complementar. (ARNS, 1988, p. 21).

Colaborando com esse pensamento, Goni (1999) diz que o desenvolvimento se constrói e se concretiza no local. Não há como se desenvolver sendo apenas "sucursal" de

outros espaços. O desenvolvimento parte do local, por ser endógeno, e se constrói no local, com seu modo de ser. O desenvolvimento exige, na sua construção, sensibilidade para harmonizar as partes. A integração não é apenas sincrética, justapondo as partes em "coexistência pacífica", só juntando as peças localmente; a integração exige relações, formação de elos e cadeias, interesses buscando sínteses que satisfaçam as partes. O desenvolvimento, por ser processual e crescente por natureza, exige patamares de consolidação, sínteses que levam a novos avanços, estruturas que alavancam novas construções.

Conforme Sevilla-Guzmán (2001), o desenvolvimento é “endógeno” e não é estático não prescindindo do conhecimento externo. Ao contrário, o “endógeno” deve assimilar as influências externas a sua lógica sociocultural. Portanto, a construção do capital social e do empoderamento da comunidade tornam-se vitais para que seja potencializado o desenvolvimento humano. A partir disso é possível criar coletivamente as estratégias de inserção no mercado.

## **2.3 Modelos organizacionais e mercado**

### **2.3.1 A Cooperação**

Um dos pressupostos admitidos por extensionistas como Masselli (1998) e Peixoto (2009) para o sucesso do processo de mobilização e organização comunitária é a existência e/ou construção de laços fortes<sup>1</sup> de cooperação entre os atores sociais envolvidos.

Em sentido lato, cooperar quer dizer unir e coordenar os meios e os esforços de cada um para realização de uma atividade comum, visando alcançar um resultado procurado por todos. É um comportamento que se observa ao longo de toda a história da humanidade, as vezes, até de natureza rudimentar (FRANTZ, 1985; OLIVEIRA, 1984; VALADARES, 2009; REBONATTO, 1985; SEBRAE, 1997).

Assim, vários autores como Oliveira (1984); Valadares (2009) e Rebonatto (1985) destacam que os povos antigos anteriores aos precursores do cooperativismo moderno, já

---

<sup>1</sup> Cf. Kaufman, 2012, p. 209. Nos “Laços Fortes” há uma identidade comum, as dinâmicas geradas nessas interações não se estendem além dos *clusters*, por isso mesmo, nas referidas redes procuramos referências para a tomada de decisão; são relações com alto nível de credibilidade e influência. Indivíduos que compartilham “Laços Fortes” comumente participam de um mesmo círculo social.

praticavam a cooperação na sua luta pela sobrevivência. A caça e a pesca em comum, a construção de habitações e a defesa da comunidade eram realizadas em conjunto pelos membros dos grupos. Além dessas atividades, a cooperação aparecia nas manifestações religiosas e nos componentes da vida social, mantendo-se pelo costume ou pela autoridade dos chefes tradicionais para garantir a manutenção e um melhor padrão de vida.

Segundo os autores supracitados, em qualquer caso, a cooperação exprime a solidariedade instintiva do grupo. Em todos os povos encontramos vestígios e instituições baseadas na cooperação sem prévias formulações jurídicas ou normatizações escritas.

A despeito do sentido próprio que o termo cooperação adquiriu nos tempos modernos, é conveniente ressaltar que esta palavra é apenas uma aplicação particular de uma noção mais geral, para alguns, ela identifica muito mais um processo social do que uma predisposição humana (VALADARES, 2009; SEBRAE, 1997).

Contrariamente a visão ocidental do conceito de cooperação, Krishnamurti (1964, p. 112) entende que a cooperação antes de ser comportamento prático e utilitarista voltado para um benefício econômico é, antes de tudo, um sentimento íntimo no qual a verdadeira cooperação nasce não pelo simples fato de ter ajustado executar juntos certo projeto, porém, com a alegria, o sentimento de união. E acrescenta o pensador “que, mais importante do que cooperar, é saber quando não cooperar”.

As diferenças essenciais entre as associações baseada na tradição e a organização associativa moderna, consiste em que, as primeiras respondem, mediante uma organização interna espontânea às condições externas originadas, localmente: necessidade de proteção do grupo e de centralização do mando; imperativos de divisão da produção e das terras; satisfação de necessidades coletivas, etc. e se baseiam em regras rituais ou culturais. Este tipo de organização não comporta nenhuma noção de planejamento, de crescimento ou de promoção, não indo além da satisfação imediata de necessidades fragmentadas do grupo originadas da própria coletividade, num quadro de economia de subsistência. (VALADARES, 2009; SEBRAE, 1997).

### 2.3.2 Cooperativismo

Tal como as instituições comunitárias tradicionais, a instituição cooperativista moderna nasceu nos meios mais populares. Historicamente, o cooperativismo moderno surgiu como um instrumento de defesa, de reabilitação e de emancipação de trabalhadores, como reação às condições sociais e econômicas adversas originadas da evolução do capitalismo. Os registros históricos mostram que a maioria das cooperativas foram criadas entre os trabalhadores da indústria têxtil, rudemente atingidos pela evolução econômica e tecnológica durante a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX. Atualmente, elas estão presentes em praticamente todos os mercados do mundo (CARNEIRO, 1981; OLIVEIRA, 1984; REBONATTO, 1985; VALADARES, 2009).

Segundo o artigo 3º da Lei 5.764/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, estas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, 1971, p.1).

Ressalta-se que a legislação em regra representa a síntese do confronto de ideias e interesses muitas vezes divergentes e com legislação cooperativista o processo não fugiu a essa regra. Assim segundo Leite,

Importa ressaltar que a Lei nº 5.764/1971 foi aprovada e sancionada na vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), caracterizado pela imposição de um regime extremamente autoritário, com a figura de um Estado altamente intervencionista, que tinha como objetivo o controle da organização da sociedade civil. (LEITE, 2013, p. 32).

Na atualidade, as cooperativas e associações<sup>2</sup> passaram a compor o campo da economia popular solidária, assim a Lei 15028/2004 que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária considera empreendimentos de Economia Popular Solidária as empresas de autogestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais. (BRASIL, 2015a, p. 3).

No mesmo sentido, o Plano Nacional de Economia Solidária explicita que a Economia Solidária, no campo e na cidade, se expressa por meio de formas de organização econômica de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo, baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade. (BRASIL, 2015a, p. 42).

Destaque-se que o legislador constituinte reconheceu a importância das formas associativas para a ordem econômica nacional e estipulou no artigo 174 da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 que

Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. [...] § 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. § 3º - O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros. § 4º - As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei. (BRASIL, 2015a, Art. 174, p. 60).

Pela análise do artigo supracitado, nota-se que, constitucionalmente, tem-se a preferência para o agente econômico cooperativista quando a atividade tiver uma natureza estritamente econômica.

---

<sup>2</sup> Cf. A lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 que estabelece em seu Artigo 53 “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se **organizem para fins não econômicos** (grifo nosso)”.

Todavia, as experiências recentes de economia solidária alargaram o espectro de empreendimentos e iniciativas baseadas na cooperação e solidariedade econômica, de modo que o movimento de Economia Solidária do Brasil registra que

são milhares de atividades econômicas realizadas por organizações solidárias: cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, redes de cooperação em cadeias produtivas e arranjos econômicos locais ou setoriais, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos etc. (BRASIL, 2015a, p. 6).

Contudo, os dois tipos organizacionais, mormente utilizados por agricultores para viabilizar a atividade econômica na agricultura brasileira são as associações e cooperativas que apresentam entre si semelhanças, diferenças e limitações para cada caso. Entende-se que as associações atendem melhor situações menos complexas de relações institucionais, enquanto que a cooperativa representa a possibilidade de atuar em conjunturas e cenários de maior complexidade. (JÚNIOR, 2006).

As principais semelhanças giram em torno de: a) natureza jurídica - ambas tem natureza de sociedade civil; b) forma de gestão - ambas são de caráter democrático onde cada pessoa possui o direito de votar e ser votado, participar ativamente da vida societária, independentemente, do capital integralizado e c) fiscalização - ambas são fiscalizadas pela prefeitura, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Fazenda Estadual, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Receita Federal. (SEBRAE, 1997).

Como diferenças pode se listar: a) Na cooperativa há a formação do capital social cuja contribuição para sua formação é realizada pelos cooperados, na associação não há essa conta contábil; b) O número de associados mínimo na cooperativa pela legislação são 20 pessoas, já a associação pode ser constituída a partir de 02 de pessoas físicas de acordo com o Código Civil Brasileiro; c) A cooperativa pode distribuir sobras decorrentes das suas operações para atender o cooperado, a associação não pode distribuir nenhum tipo de dividendo/lucro ou benefício financeiro para seus associados. Por fim, em regra a associação não comercializa em nome coletivo dos associados (em regra ela presta o serviços de facilitação da comercialização para que cada associado o faça em nome individual), a cooperativa é constituída para intermediar o cooperado nas suas relações com o mercado. (SEBRAE, 1997).



A análise do exposto tende a levar a conclusão de que as cooperativas são o modelo organizacional preferível para os agricultores familiares quando necessitam de um agente econômico para realizar as transações comerciais. Por outro lado, a associação cumpriria o papel dar voz e vez aos agricultores familiares nas ações que demandem representação da categoria, desenvolvimento de projetos/programas sem finalidade de lucro e articulação institucional com outros atores sociais. (JÚNIOR, 2006).

É importante frisar que Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no seu Capítulo 3, artigo 5, inciso XVIII, assegurou a autonomia na constituição de associações estabelecendo que “a criação de associações e, na forma da lei, de cooperativas independe de autorização, **sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento**” (grifo nosso). (BRASIL, 2015a, p. 6). Esse dispositivo garantiu mais liberdade de associação para atores sociais no meio urbano e rural.

Vale destacar que o tema da utilização do cooperativismo e o associativismo no meio rural brasileiro é objeto de debate ideológico entre teóricos que consideram que as cooperativas podem tanto serem usadas para promover o desenvolvimento econômico local, mas, também, para servirem de instrumentos de controle social no campo, de tal forma que, segundo Scopinho:

[...] o debate a respeito do significado do cooperativismo rural brasileiro não é novo e as suas contradições vêm sendo apontadas não é de hoje. Destaca-se aquela que reside no fato de a organização cooperativa beneficiar-se das condições estruturais para crescer privilegiando o econômico em detrimento do social, ao mesmo tempo em que se mostra incapaz de enfrentar os condicionantes estruturais que dificultam o desenvolvimento dos seus princípios democráticos. (SCOPINHO, 2007, p. 4).

Nos modelos anteriores de desenvolvimento agrícola, as cooperativas atenderam a política governamental e não aos verdadeiros interesses dos associados e com isso ocasionou um desvirtuamento da proposta cooperativista no Brasil. (SCHENEIDER, 1984).

O conceito de controle social no Brasil ao longo do tempo variou de uma perspectiva de cerceamento de direitos para uma perspectiva de ampliação de direitos fundamentais. No período anterior a Constituição da República de 1988, o controle social se mostrava como uma estratégia de governo de limitar o poder popular e impor de “cima para baixo” os programas e projetos do estado. Ricci, neste aspecto, sugere que o controle social

indica, portanto, a participação da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e verificação (ou monitoramento) das ações de gestão pública. Na prática, significa

definir diretrizes, realizar diagnósticos, indicar prioridades, definir programas e ações, avaliar os objetivos, processos e resultados obtidos. (RICCI, 2009, p. 9).

Houve, portanto, a reorientação do conceito de controle social da perspectiva do controle do estado sobre a sociedade para o controle da sociedade sobre o estado. Contudo, essa reorientação teórica não significa que automaticamente haverá similitude na prática social. Oliveira afirma que:

Nesta acepção, as inúmeras iniciativas governamentais e não-governamentais de promover o controle social, a exemplo de audiências públicas, conferências, fóruns de debate, conselhos de políticas públicas, em níveis federal, estaduais ou municipais, não podem ser encaradas sem ressalvas. Afinal, podem servir para amainar ou esvaziar discursos de contestação, dada a lógica de repartição de responsabilidades (que apresenta a complexidade de problemas e pergunta como “nós” podemos resolver), em compasso com a lógica neoliberal que amplia o papel da sociedade face o Estado, eximindo este último de seus deveres e responsabilidades, o que abre espaço para a atuação do mercado. (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Atualmente, de acordo com Bergamim (2006) observa-se que, às vezes, a constituição das associações ou cooperativas surge da iniciativa do poder público e gera uma situação em que estas se restringem ao fornecimento, na forma de aluguel, de máquinas e implementos agrícolas a preços menores aos do mercado tradicional. Em tais circunstâncias, as associações ou cooperativas não são instrumentos de representação de seus interesses ou de garantia de melhores condições de reprodução social dos agricultores familiares.

Mesmo assim, com um marco jurídico bem definido no Brasil para as sociedades cooperativas, nota-se atualmente que as cooperativas inseriram e encontram atuando em praticamente todos os ramos da economia e, também, em praticamente todos os mercados existentes no Brasil e no mundo. Cooperativas podem ser encontradas em todos os mercados de produtos ou de serviços no país. (BRASIL, 2008b).

Ressalva-se que o instrumento de desenvolvimento econômico, cooperativa ou associação, também são controversos, principalmente, quando analisados sobre o prisma da emancipação política e econômica dos seus membros. Por exemplo, para Robert Michels apud Miguel (2014, p. 139) qualquer organização coletiva estaria sujeita a “lei de ferro das oligarquias”, que assim se estenderia a sindicatos, a associações, a movimentos sociais “novos” ou “antigos”. A “lei de ferro das oligarquias” em resumo se refere à tendência das organizações e movimentos democráticos terem líderes (ou pequenos grupos) que se

perpetuam no poder afastando-se da base e determinando os rumos de acordo com seus interesses individuais.

### 2.3.3 Mercado

Por mercado de produtos entende-se tudo o que é produzido nas propriedades rurais em produtos (carne, grãos, frutas, etc.) ou serviços (aluguel de pasto, uso de máquinas, etc.). Uma das técnicas utilizadas para conhecer e atuar num mercado consiste na análise sistemática e científica do mesmo. (SENAR, 2009).

Neste sentido, ainda segundo o autor, a análise do mercado envolve a descrição genérica do produto ou serviço e do seu nicho de mercado com o objetivo de identificar o segmento onde o produto será comercializado, destacando, inclusive, o grupo de consumidores relevantes. Em geral, o mercado busca atingir consumidores e, portanto, comercializar seus produtos ou serviços.

Assim, é impossível, segundo Plein e Filippi, num sistema econômico baseado nas trocas, não haver a interação entre os mercados e a agricultura familiar.

Os mercados constituem uma das formas de interação da agricultura familiar com o restante da sociedade. Por um lado, existe uma visão dominante de que os agricultores são totalmente dependentes do mercado, e, por outro, uma visão alternativa de que os mercados são construções sociais. Entende-se que essas duas perspectivas sobre o mercado constituem a tese e a antítese. (PLEIN e FILIPPI, 2011, p. 109).

Comercialização compreende “o conjunto de atividades realizadas por instituições que se acham empenhadas na transferência de bens e serviços desde o ponto de produção inicial até que eles atinjam o consumidor final...” (BARROS *apud* PIZA e WELSH, 2007, p. 1).

Portanto, comercialização é processo social através do qual a estrutura de demanda de bens e serviços econômicos é antecipada ou ampliada e satisfeita através da concepção, promoção, intercâmbio e distribuição física de tais bens e serviços. (VIEIRA, 1998).

Exposto isso, percebe que uma importante instituição no sistema de comercialização é o mercado. Ele deve ser entendido como o “local” em que operam as forças

da oferta e demanda, através de vendedores e compradores, de tal forma que ocorra a transferência de propriedade da mercadoria através de operações de compra e venda. (SANDRONI, 1996).

O mercado pode tanto se referir a um local específico – como, por exemplo, o mercado atacadista de São Paulo – ou a um produto, razoavelmente, definido – como, por exemplo, o mercado do milho. Para qualquer mercadoria, pode-se falar em diferentes níveis de mercado. Assim, no caso de produtos agropecuários costuma-se referir ao mercado do produtor, mercado atacadista e mercado varejista. O mercado do produtor é aquele em que os produtores oferecem sua produção aos intermediários. Já o mercado atacadista é aquele segmento do mercado onde as transações mais volumosas tem lugar. Nesse nível ocorrem, fundamentalmente, transações entre intermediários – atacadistas e varejistas - sendo pequena a participação de produtores e consumidores. Em resumo, o mercado varejista é aquele onde os consumidores adquirem suas mercadorias. (SENAR, 2009).

Contudo, nem sempre a agricultura familiar consegue alcançar os mercados de interesse, ora por falta da infraestrutura mínima de transporte, ora pela ausência de “expertise”, ora não atender a legislação sanitária. A respeito disso, Paiva salienta que:

O marco regulatório internacional, determinou as transformações pelas quais passou a legislação sanitária brasileira, que cada vez mais torna-se mais rigorosa em seus atributos de controle e qualidade, mas que no entanto não consegue se adaptar à realidade local característica do meio rural brasileiro. Ao passo em que a legislação se moderniza, as exigências em tecnologia aumentam, aumentando também a distancia entre os pequenos produtores que estão na base da cadeia produtiva e forçando um ambiente de suposta irregularidade. (PAIVA, 2014, p. 89).

No Brasil, o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) é o órgão responsável por definir os programas de desenvolvimento e os instrumentos de política agrícola, procurando conciliar a busca do crescimento e desenvolvimento da agropecuária com os objetivos sociais e ambientais. (BRASIL, 2008b).

Opera, também, na agricultura considerada não patronal com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, inclusive, conta com uma Secretaria de Agricultura Familiar para executar seus principais programas e ações, dentre eles pode-se listar Programa de Aquisição de Alimentos, Programa de Produção e Uso do Biodiesel e Programa Nacional de Fortalecimento Familiar (Pronaf). Pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial são desenvolvidos: Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e

Assistência Financeira mediante Emendas – AFEM. Pela Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) as ações se concentram na regularização e ordenamento fundiário. (BRASIL, 2008b).

Os principais instrumentos da política agrícola utilizadas no Brasil são o crédito para custeio, o crédito para investimento e o crédito para comercialização. Este último está ligado à política de preços mínimos que se apresenta em três modalidades principais são os Empréstimos do Governo Federal (EGF), as Aquisições do Governo Federal (AGF) e as compras diretas efetuadas pelo Governo Federal. (BRASIL, 2008b).

## **2.4 Agricultura familiar**

No Brasil, apesar do termo "agricultura familiar" ser recente, as categorias sociais que ela pretende identificar não são novas, embora a construção do termo remonte o início da redemocratização do país. Essas categorias vão sendo identificadas ao longo do tempo e visibilizadas de acordo com o debate ideológico que está em evidência na questão agrária. Assim, no período de 1950 a 1970 o conceito usado era o de campesinato, a partir de 1970 o foco passa a ser o conceito de pequena produção ou produtores de baixa renda, dos anos 1980 em diante, o debate centra-se nos excluídos: sem-terra, parceiros, meeiros, trabalhadores temporários, posseiros, agregados e moradores. (PLEIN e FILIPPI, 2011).

Conforme estabelecido pelo legislador, no Estatuto da Terra<sup>3</sup>, existiam, ao menos até 1988, quatro tipos de imóveis rurais no Brasil: propriedade familiar, minifúndio, latifúndio e empresa rural. O Estatuto da Terra também trouxe novos institutos jurídicos, dentre eles destaca-se o minifúndio que é o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar (art. 4º, V do estatuto da Terra). Portanto, é o imóvel com dimensão inferior ao necessário para o progresso social e econômico do proprietário e de sua família (agricultor familiar). A pequena propriedade rural foi conceituada pelo artigo 4º, II da Lei nº 8.629/93, como sendo “o imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais.” (BRASIL, 1993, p. 1). Como se pode verificar, esta definição difere do conceito de propriedade familiar.

No que se refere ao termo agricultura familiar, a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura

---

<sup>3</sup> Cf. Brasil Lei 4.504/64

Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo 3º considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, p. 1)

Da definição legal evidencia-se que, além das dimensões estabelecidas, deve ser explorada direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, podendo contar com a ajuda de terceiros remunerados no processo produtivo apenas de maneira eventual.

Não se tem aqui o interesse de iniciar ou encerrar o debate ideológico sobre o tema, nem, tampouco, de firmar um conceito único e rígido de agricultura familiar, pois no meio acadêmico não há consenso neste sentido. Para efeitos metodológicos, neste trabalho, adotar-se-á o conceito jurídico expresso na lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

## **2.5 Cadeia produtiva, assistência técnica e extensão rural, e arranjo produtivo local**

### **2.5.1 Cadeia produtiva**

Quando se refere às cadeias produtivas agroindustriais<sup>4</sup>, por exemplo, a expressão engloba as atividades de apoio à produção agropecuária (fornecimento de insumos, assistência técnica, pesquisa etc.), a produção agropecuária (dentro da propriedade), o armazenamento do produto agropecuário, o beneficiamento ou a transformação industrial e a distribuição (atacado e varejo) de um produto, *in natura* ou transformado, até o consumidor final. (RODRIGUES, 2012).

Assim, a denominação cadeia produtiva é, geralmente, aplicada em relação a um produto específico. Uma cadeia produtiva será tanto mais eficiente quanto maior for sua capacidade de responder satisfatoriamente às demandas dos consumidores. E a eficiência de

---

<sup>4</sup> Cf. Cribb e Cribb (2008). A estratégia de integração vertical na forma de implantação de agroindústrias rurais de agricultores familiares representa uma possibilidade de aumento da liberdade econômica da família rural, pois a produção e o beneficiamento ficam sob gestão das próprias organizações onde o próprio agricultor processa seu produto agrícola por intermédio de sua organização e promove a distribuição.

uma determinada cadeia está diretamente vinculada à capacidade de coordenação. (RODRIGUES, 2012).

A coordenação de uma cadeia produtiva é importante para promover a eficiência econômica, transparência e uma melhor distribuição dos ganhos alcançados. Destaca-se que a partir de 2010, o Estado Brasileiro instituiu o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SCJS) dando reconhecimento as práticas de comércio justo e solidário e à sua promoção em cadeias produtivas com uma série de objetivos, dentre eles o de favorecer a prática do preço justo para quem produz, comercializa e consome. Assim, o Decreto Presidencial estabelece que preço justo é a definição de valor do produto ou serviço, construída a partir do diálogo, da transparência e da efetiva participação de todos os agentes envolvidos na sua composição que resulte em **distribuição equânime do ganho na cadeia produtiva** (grifo nosso). (BRASIL, 2015d, p.1, Art. 2º, Inciso V).

### 2.5.2 Assistência Técnica e Extensão Rural

Na cadeia produtiva da agricultura familiar é possível identificar órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que são as instituições públicas e privadas de Assistência Técnica, Social e Extensão Rural que atuam em todo o Brasil de diferentes formas. As ações extensionistas podem ser realizadas pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nos estados, por Organizações Não Governamentais (ONGs), cooperativas, empresas privadas, profissionais liberais e instituições que fazem parceria com órgãos federais, estaduais e municipais. (GUILHOTO *et al.*, 2005).

Esse conjunto de agentes é responsável por promover a implantação de diversos programas de Segurança Alimentar e Nutricional. Tais programas de segurança alimentar criados recentemente no Brasil envolvem diretamente a agricultura familiar porque estão focados em: a) agroindústrias familiares, b) gestão integrada da alimentação escolar que envolve o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal para merenda escolar, c) varejão popular do produtor e d) hortas comunitárias. (ALMEIDA *et al.*, 2006).

Assim, de acordo com Masselli (1998, p. 29), visando fomentar o processo de modernização da agricultura que o Estado Brasileiro adotou o modelo extensionista norte-

americano, nessa época os agentes externos impuseram no meio rural a aquisição de máquinas e equipamentos como sendo parte do “pacote de desenvolvimento econômico e social”.

Ainda segundo a autora, até a década de 1940, assistência técnica oferecida pelo Estado tinham natureza fomentista e era restrita a algumas culturas. Somente em 1974 que é criada a EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural a partir de então surgem as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito dos estados.

Em Minas Gerais, a EMATER passou por diversos períodos e reorientações do seu foco, ora humanista-assistencialista, noutros difusionista-produtivista e ora humanista-crítico (QUADRO 3). Entretanto, nota-se que na atualidade houve uma redução das ações da empresa em Minas Gerais e, por conseguinte, em Couto Magalhães de Minas.



Quadro 3 - Caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil.

<b>Especificação</b>	<b>Humanismo assistencialista</b>	<b>Difusionismo Produtivista</b>	<b>Humanismo Crítico</b>
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-1989
Público Preferencial	Pequenos Agricultores	Grandes e médios Agricultores	Pequenos e médios Agricultores
Unidade de trabalho	Família Rural	Produtor Rural	Família Rural
Orientação pedagógica	"Ensinar a fazer fazendo"	Difusionista	Dialógica problematizadora
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento.	Elaborador de projetos de crédito rural.	Catalisador de processos sociais
Tipo de Planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular
Papel da tecnologia	Apenas subjacente: instrumento para melhorar as condições de vida da família rural.	Finalístico: modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho.	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social
Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado: cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não).	Orientado; voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital.	Orientado: voltado preferencialmente para viabilizar "tecnologias apropriadas."
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais.	Não se preocupa com este tipo de ação.	Estimula a organização e o associativismo rural autônomo.

Fonte: RODRIGUES (1997, p. 122).

Um dos principais programas operados no município de Couto de Magalhães de Minas com apoio das agências de fomento e órgãos de extensão é o Programa de Fortalecimento Familiar (PRONAF) que é um sistema de crédito rural de acesso simplificado para a promoção do aumento da renda familiar, criação de novos postos de trabalho no campo e estímulo à produção de alimentos que atende aos agricultores e agricultoras familiares, assentados da reforma agrária e do crédito fundiário, extrativistas, silvicultores, pescadores

artesanais e comunidades quilombolas ou povos indígenas que exerçam atividades produtivas agropecuárias ou não agropecuárias, no meio rural. O programa também tem financiado cooperativas e a implantação de agroindústrias para agricultura familiar. (BRASIL, 2008a).

### **2.5.3 Arranjo Produtivo Local (APL)**

O Arranjo Produtivo Local é um conceito associado ao conceito de cadeia produtiva que tem sido bastante difundido e explorado em alguns ramos produtivos da agricultura brasileira, inclusive na agricultura familiar. Os Arranjos Produtivos Locais (APL's) podem ser encontrados em praticamente todas as regiões do País e são exaltados em muitos estudos como estimuladores do desenvolvimento regional, como se segue:

Os estudos acerca da formação de arranjos produtivos locais podem estimular o debate a respeito do desenvolvimento pelo fato destes concentrarem a atenção no papel decisivo da organização social e produtiva local, e dar ênfase a fatores não econômicos como autonomia, mobilidade social, cooperação, formação de redes locais e regionais, espírito inovador e empreendedor e diversificação. (NUNES; SCHNEIDER; FILIPPI, 2006, p. 12).

A importância dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) para a economia nacional vem suscitando a preocupação da classe política em determinar o marco regulatório para esses aglomerados produtivos, haja vista que se encontra no Senado um Projeto de Lei que está sendo debatido desde 2008. No Projeto de Lei no. 142 prevê-se a possibilidade dos APL's receberem recursos públicos oriundos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para os congressistas, segundo a Secretaria do Senado, os Arranjos Produtivos Locais são:

[...] aglomerados de agentes econômicos de uma mesma cadeia produtiva, cujo fim primordial consiste na melhoria da competitividade. Localizados em determinado território, os seus fortes vínculos de articulação, interação e cooperação geram renda e emprego locais. (BRASIL, 2011, p.1).

Para a Secretaria de Informação da Câmara dos Deputados do Brasil (2008a) Arranjo Produtivo Local (APL) é caracterizado por ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade

produtiva predominante, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança e podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas.

A implantação de um Arranjo Produtivo Local é uma tarefa complexa, pois exige uma concertação de diversos atores e interesse de um determinado território a fim de atingir sinergia institucional. Para APL's na agricultura familiar a situação não é diferente. Conforme assevera Ferro:

No caso da agricultura familiar, o problema de se alcançar um APL estável e em pleno funcionamento pode ser a falta de informação e assistência que grande parte dos produtores possui. Problema este que deveria ser suprimido pelo Governo ou agências de desenvolvimento com a prática do extensionismo rural e assistências técnica, mas a falta de estrutura e quantidade de profissionais disponíveis nessas organizações comprometem a produtividade e, conseqüentemente, o fortalecimento dos APLs, excluindo pouco a pouco as atividades familiares do contexto econômico. (FERRO, 2015, p. 72).

Deduz-se, do acima exposto, que os serviços de extensão rural e assistências técnicas específicas são de fundamental importância para manutenção e bom funcionamento de APL's na agricultura familiar, como também para as cadeias produtivas.

## **2.6 Segurança Alimentar e Nutricional**

Sobre o termo Segurança Alimentar e Nutricional a lei 11. 346/2006 estabelece que esta consista na realização do

direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, p. 1).

Nesse diapasão, no que concerne a Agricultura Familiar, a lei 11. 326/2006, no seu artigo 5º, determina

que para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar a várias áreas da cadeia produtiva no meio rural, destacando-se: infraestrutura e serviços; assistência técnica e extensão rural; pesquisa; comercialização; legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; cooperativismo e associativismo; educação, capacitação e profissionalização e agroindustrialização. (BRASIL, 2006, p.1).

Pelo exposto acima, pode-se concluir que a Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira está diretamente ligada à promoção da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, pois de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cerca de um terço do agronegócio brasileiro é tributário da produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares. Em outras palavras, a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil é dependente da Agricultura Familiar, logo, apoiá-la significa a possibilidade de realização do direito dos brasileiros de terem acesso regular e permanente aos alimentos necessários para uma melhor qualidade de vida. (GUILHOTO *et al.*, 2005).

Sendo que as políticas de segurança alimentar devem responder pela produção, distribuição, acesso e o consumo de alimentos; devem, também, estar ligadas a valores fundamentais da população: 1) saúde, 2) higiene, 3) meio ambiente, 4) autenticidade e 5) solidariedade. (ALMEIDA *et al.*, 2006). Segundo Assis (2011), a segurança alimentar basicamente é estabelecida quando a produção de alimentos equivale ao seu consumo, ou seja, alimentos são suficientes para todos (food security).

No Brasil, o acesso a alimentos oriundos da agricultura familiar tradicionalmente é feito pela aquisição, em grande parte, em mercados públicos e feiras livres, locais nos quais a negociação se dá diretamente entre consumidores finais e produtores rurais. Segundo Huberman (1981), esses canais de comercialização, remontam o princípio do capitalismo. Modernamente, houve uma ampliação dos modelos de mercados disponíveis para agricultura brasileira e mundial, a agricultura familiar não está fora desta nova realidade, conforme pode ser visualizado na TAB 2 na qual se nota que, usualmente, os agricultores familiares têm buscado os mercados artesanais, solidários, orgânicos e institucionais<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>Cf. Vogt (2009, p. 46) Mercados institucionais de alimentos são aqueles formados a partir de demandas de produtos e serviços para fins do uso no âmbito das instituições públicas (alimentação escolar, distribuição de alimentos às populações carentes, fornecimento a hospitais, presídios, creches, etc.).

Tabela 2 - Tipologia de Mercado para Agricultura Familiar

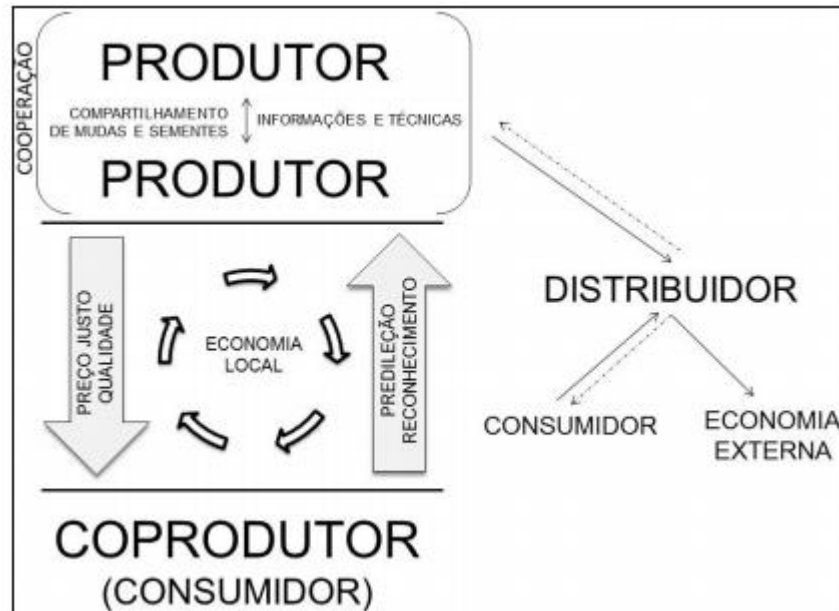
<b>Mercado</b>	<b>Perfil</b>	<b>Desafios</b>
<b>Commodities</b>	Velhos e Novos Mercados Locais e a Distância	Padronização, Legislação, Qualidade mínima e Escala.
<b>Especialidades</b>	Discriminado por Grau de Associação	Concorrência de Novos Entrantes
<b>Orgânicos</b>	Grau de Associação à Saúde e/ou a um Modo Específico de Produção	Certificação, Escala, Pesquisa
<b>Artesanais</b>	Denominação de Origem ou não	Qualidade, Normas Técnicas, Autenticidade, Ação Coletiva
<b>Solidários</b>	Identificação ou não com a Agricultura Familiar, Mercados de Alta e Baixa Renda	Qualidade, Variabilidade, Escala
<b>Institucionais</b>	Licitações, Oferta para Varejo	Qualidade, Variabilidade, Escala

Fonte: Plein e Filippi, 2011, p. 13, adaptado.

O principal objetivo das instituições governamentais ligadas à agricultura é promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio da difusão de tecnologias de produção agropecuária e gerenciais, em diferentes regiões do País, visando à melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores da agricultura familiar. De modo geral, os resultados econômicos responsáveis por essa melhoria estão relacionados a comercialização da produção agrícola, tanto em mercados e feiras livres como por meio de programas governamentais de aquisição de alimentos diretamente do agricultor familiar. (BRASIL, 2008b).

Num contexto de produção de alimentos pela agricultura familiar em APL é possível a criação de redes de comunicação, colaboração e cooperação entre produtores e consumidores baseadas em relações mais justas de preço e com sistema rastreabilidade dos alimentos visando garantir identificação local e segurança alimentar.

Figura 3 - Sistema de produção de alimentos em APL.



Fonte: Ferro, 2015, p. 74.

O sistema de produção-consumo de alimentos em APL permite uma maior aproximação entre os produtores, entre estes e os consumidores e um reconhecimento recíproco da importância de cada um ator para a cadeia produtiva. (FIG 3).

Neste sistema de produção-consumo de alimentos em APL local, as relações entre os produtores são baseadas na confiança e na cooperação, ocorrendo compartilhamento de técnicas produtivas, saberes locais e insumos básicos (sementes e mudas), o fluxo de troca de informações é constante. Os consumidores são reconhecidos como participantes deste sistema, sendo reconhecidas as suas predileções e respeitados à medida que a qualidade e o preço são fundamentos na justiça social. A relação de transparência também se dá com os distribuidores e consumidores regionais.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral:**

- Descrever a cadeia produtiva da agricultura familiar do município de Couto Magalhães de Minas a partir dos relatos dos agricultores familiares, suas associações e parceiros institucionais.

#### **3.2 Objetivos específicos:**

- Identificar as etapas da cadeia produtiva da agricultura familiar do município de Couto de Magalhães de Minas.
- Conhecer as pontecialidades das organizações de agricultores familiares para o processo de comercialização de alimentos no município de Couto de Magalhães de Minas.
- Diagnosticar os entraves técnicos e gerenciais das organizações de agricultores familiares no município de Couto de Magalhães de Minas.

## **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **4.1 Local e tipo do estudo**

A escolha do município de Couto de Magalhães de Minas residuiu na constatação de que havia poucos estudos voltados para o conhecimento das organizações de agricultores familiares e da importância delas para o desenvolvimento rural sustentável.

Do ponto de vista da natureza, foi uma pesquisa aplicada, visando suscitar conhecimentos para aproveitamento prático, dirigidos à solução de problemas específicos de um grupo de agricultores, envolvendo fatos e interesses locais, avaliando organizações e a cadeia produtiva da agricultura familiar.

Sendo a presente pesquisa exploratória cujos dados foram coletados durante o período de 22 de julho de 2015 a 22 de agosto de 2015. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, geralmente, envolvem levantamento bibliográfico e documental.

### **4.2 Sujeitos da pesquisa**

Os sujeitos da pesquisa foram agrupados em três categorias: agricultores familiares, representantes de organizações de agricultores e representantes de instituições parceiras.

A seleção dos agricultores familiares participantes treze dos informantes chave desta pesquisa foi intencional, ou seja, após contato prévio, aqueles que se dispuseram a participar da pesquisa e que se encontravam em suas residências (ou na sede da organização de agricultores a qual pertenciam) durante o período de coleta de dados.

Os representantes das organizações de agricultores (quatro) foram selecionados a partir de informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do município e pelo escritório local da Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/MG.



E os representantes de instituições parceiras foram selecionados com base nos dados fornecidos pelas entrevistas realizadas com as organizações de agricultores familiares (quatro).

#### **4.3 Instrumentos e coleta dos dados**

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados questionários semi-estruturados, sendo os mesmos aplicados a um membro responsável pela unidade familiar ou entidade. Os seguintes critérios de inclusão e exclusão foram adotados:

##### **a. 1 Critérios de inclusão dos sujeitos de pesquisa (agricultor familiar/pequeno produtor):**

1. Foi caracterizado como pequeno produtor ou agricultor familiar aquele que se declarou como tal;
2. Era morador de uma das áreas objeto do projeto de estudo;
3. Aceitou participar do estudo, assinando o termo de consentimento, após leitura da carta de informação.
4. Era capaz civilmente.

##### **a. 2 Critérios de exclusão dos sujeitos pesquisa (agricultor familiar/pequeno produtor):**

1. Coletores extrativistas e pequenos produtores que não exerciam mais a função;
2. Dados não confiáveis apresentados no questionário;
3. Aqueles que se recusaram a participar da pesquisa.

##### **b. 1 Critérios de inclusão dos sujeitos de pesquisa (parceiros):**

1. Foi caracterizado como ator social relevante na cadeia produtiva na sua região;
2. Tinha atuação clara e inequívoca em pelo menos uma das microrregiões objeto do projeto de estudo
3. Aceitou participar do estudo, assinando o termo de consentimento, após leitura da carta de informação;

**b. 2 Critérios de exclusão dos sujeitos de pesquisa** (parceiros):

1. Aqueles que se recusaram a participar da pesquisa;
2. Dados não confiáveis apresentados no questionário;
3. Entidades que não atuavam mais na cadeia produtiva na região de estudo do projeto.

**c. 1 Critérios de inclusão dos sujeitos de pesquisa** (organizações de agricultores familiares/pequenos produtores rurais):

1. Foi caracterizado como organização da cadeia produtiva da agricultura familiar;
2. Tinha atuação clara e inequívoca em pelo menos uma das microrregiões objeto do projeto de estudo
3. Aceitou participar do estudo, com o diretor assinando o termo de consentimento, após leitura da carta de informação;

**c. 2 Critérios de exclusão dos sujeitos de pesquisa** (organizações de agricultores familiares/pequenos produtores rurais):

1. Aqueles que se recusaram a participar da pesquisa;
2. Dados não confiáveis apresentados no questionário;
3. Associações e/ou Cooperativas que não atuavam mais na cadeia produtiva na região de estudo do projeto.

O questionário aplicado aos agricultores familiares continha dezesseis questões fechadas referentes à escolaridade, saúde ocupacional, produção agrícola, associativismo, comercialização e capacitação rural (Apêndice I). A participação da entrevista era direcionada à família do agricultor, podendo ser tanto o homem ou a mulher, desde que houvesse interesse em participar e atendesse definido no projeto de pesquisa apresentado ao Comitê de Ética na Pesquisa e constantes no TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para os representantes de organizações de agricultores o questionário aplicado era composto por nove questões fechadas referentes à estrutura e dificuldades de administração, produção, armazenagem, transporte e comercialização (Apêndice II). Já para os representantes de instituições parceiras o questionário continha nove questões abertas que versavam sobre

crédito rural, assistência técnica e extensão rural, organização de produtores, comercialização agrícola, segurança alimentar e nutricional (Apêndice III).

O local das entrevistas, para os dirigentes das organizações e parceiros, na maioria dos casos, foi em sala da sede de suas entidades. Para os agricultores familiares foi utilizada a uma sala da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Couto Magalhães de Minas, bem como a residência em alguns casos.

Ressalta-se que, além desta ferramenta de coleta de dados, foi feita observação *in loco* de algumas atividades dos sujeitos de pesquisa.

#### **4.4 Tratamento e análise dos dados**

Os dados coletados foram transcritos para planilhas do Excel número de série do Microsoft 00359-OEM-8992687-00006, sendo calculadas frequências absolutas e relativas, como também medidas de posição (média) em alguns casos. Para outros casos, foi utilizada também a Escala de Likert. A escala de verificação de Likert consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância. (JÚNIOR; COSTA, 2014). Posteriormente, foram construídas tabelas e gráficos auxiliar na visualização e discussão dos resultados.

#### **4.5 Considerações éticas**

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFVJM, sendo aprovado conforme número CAAE 41306114.8.0000.5108, estando de acordo com as recomendações da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este capítulo tem o objetivo apresentar os dados coletados na realização desta pesquisa. Através dos procedimentos metodológicos apresentado no capítulo anterior, os dados coletados nas entrevistas foram agrupados em três categorias, as quais estão, diretamente, ligadas aos objetivos desta pesquisa.

Participaram da pesquisa 13 (22% do universo total) agricultores familiares, quatro representantes de associações comunitárias rurais e quatro representantes de parceiros das organizações de agricultores de Couto de Magalhães de Minas.

Inicialmente, tencionava-se entrevistar os 59 agricultores familiares descritos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Jequitinhonha (2006). Ressalta-se que para Silva (2014) o número de agricultores familiares em Couto de Magalhães de Minas em 2014 era de 96 e de agricultores não familiares era de 27. Para Intertechne (2009) o número de agricultores familiares no município era de 59. Paulino (2014) entrevistou 61 produtores rurais (não fica claro se são todos agricultores familiares), por cautela mantivemos os dados aventados no início do projeto de pesquisa.

Contudo, muitos agricultores familiares, quando convidados, esquivaram-se em participar do processo. Os motivos alegados para a recusa foram: o de participarem de diversas reuniões e conselhos, além de se dedicarem à administração e à produção da unidade familiar. Prevvia-se realizar três entrevistas com representantes de organizações de agricultores e três entrevistas com os parceiros das organizações de produtores. Como houve boa aceitação foi possível realizar uma entrevista a mais para cada um desses atores sociais.

Os resultados e discussões das entrevistas, apresentados a seguir, serão subdivididos segundo as categorias do estudo determinados nos procedimentos metodológicos.

### **5.1 Agricultores familiares**

Entre os 13 agricultores familiares entrevistados, quanto ao gênero, seis (46%) eram do gênero feminino e sete (54%) do masculino. No estudo sobre autoconsumo e segurança na agricultura familiar realizado no Rio Grande do Sul mostrou que são as

mulheres, muitas vezes com a participação das filhas e de filhos mais jovens, as principais responsáveis pela horta e pelos pequenos cultivos e criações voltados ao autoconsumo, assim como pelos serviços domésticos, aí incluso o preparo das refeições. (MENASCHE; MARQUES e ZANETTI, 2008).

A idade dos entrevistados variou de 47 a 79, sendo que a média registrada foi de 48 anos. Do total, nove (69%) eram casados<sup>6</sup>, três (23%) solteiros e um (8%) viúvo. Todos os entrevistados residem no Município de Couto de Magalhães de Minas. Em relação ao gênero como se trata de unidade produtiva familiar pode-se inferir que esses dados sejam idênticos para todo o universo de agricultores familiares, com um pequeno desvio padrão. Paulino *et al.* (2015) estudando a feira livre do mesmo município encontrou valores semelhantes.

Quanto à escolaridade, um (8%) era analfabeto, dois (15%), embora não tenham frequentado a escola formal, sabiam ler e escrever, sete (54%) tinham o ensino fundamental incompleto, um (8%) completou o ensino fundamental e dois (15%) tinham o ensino médio completo. Os resultados apontam que, entre os pesquisados, há a presença de baixo nível de escolaridade, uma vez que 77% não concluíram o ensino fundamental.

Quanto à comercialização dos produtos, entre os 13 agricultores familiares, 10 (77%) afirmaram ser esta a sua principal atividade. Deduz-se que o agricultor além de produzir auferir renda comercializando diretamente a sua produção na feira livre (Apêndice VII) ou por outro canal de comercialização. Os dados relativos à caracterização da produção da agricultura familiar são apresentados abaixo (TAB 3), sendo que, 69% dos agricultores familiares, declararam que estavam na atividade agrícola há mais de 16 anos. Em relação ao destino da produção agrícola, em sua totalidade, é destinada ao mercado local, assim distribuído: 84% dos agricultores comercializam diretamente para o consumidor final, 8% para os comerciantes e 8% para os comerciantes e consumidor final.

Por outro lado, essa situação representa uma inserção parcial no mercado já que o excedente comercializável destina-se ao mercado local, que ao se manter no tempo, pode gerar uma situação de estagnação da renda proveniente da produção, pois, atua-se, nesse caso somente no mercado varejista como ilustra RIBEIRO *et al.* (2014, p. 4) “sua produção

---

<sup>6</sup> Cf. Código Civil art. 151 tem as seguintes espécies de famílias a) família matrimonial; b) família convencional; c) família adotiva; d) família substitutiva; e) família monoafetiva; f) pluriparental; g) simultânea ou paralela – partilham um/uma parceira.; h) anaparental – sem pais. No caso, a espécie de família predominantemente na agricultura familiar é convencional. (BRASIL, 2015b).

permanece restrita às feiras livres municipais, aos circuitos próximos alcançados pela indústria doméstica e aos mercados de produtos do artesanato, que são marcados pela incerteza”. Um exemplo da estabilidade destes mercados está relacionado a elasticidade da demanda em função de alteração de preços de produtos agroalimentares substitutos ou complementares.

O principal canal de comercialização utilizado pelos agricultores familiares é a feira livre que combinando com a venda direta na estratégia de “porta em porta” responde por 62% das transações comerciais. As formas de pagamento adotadas são em sua maioria (69%) tanto a venda à vista quanto a prazo. Os outros 23% só trabalham com vendas à vista e 8% adotam outras formas de pagamento, como por exemplo: troca de gêneros ao invés de dinheiro em espécie ou outro meio de pagamento. (TAB 3).

Tabela 3 - Caracterização da produção da agricultura familiar, segundo tempo de comercialização, destino do produto, canal de comercialização e forma de pagamento. Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, 2015.

<b>Variável</b>	<b>Frequência absoluta (n)</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
<b>Tempo de comercialização (anos)</b>		
Menos de 5	1	8%
De 5 a 10	2	15%
De 11 a 16	1	8%
Acima de 16	9	69%
<b>Destino do produto</b>		
Comerciantes	1	8%
Consumidores finais	11	84%
Comerciantes e consumidores finais	1	8%
<b>Canal de comercialização</b>		
Feira livre	4	30,7%
Feira livre + “porta em porta”	4	30,7%
Encomenda	1	7,9%
Não informou	4	30,7%
<b>Forma de pagamento</b>		
Só à vista	3	23,1%
À prazo e à vista	9	69%
Outros (troca)	1	7,9%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Quando perguntados sobre quem participava das reuniões das organizações dos agricultores, 46% dos entrevistados informaram que toda a família, 38% que somente um membro da família e 16% não respondeu a esta questão (TAB 4). Os dados levantados indicam que a família, como era de se esperar, tem papel fundamental na gestão da unidade produtiva, atendendo, perfeitamente, o que determina artigo 3º. IV da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 caracterizando a agricultura familiar por um dos seus principais aspectos: a direção do estabelecimento ou empreendimento pelo agricultor com sua família.

A respeito da vinculação a uma associação ou cooperativa, a maioria dos entrevistados (85%) respondeu que tinha vínculo associativo e essa filiação estava relacionada com a participação social nas associações comunitárias locais. Há de se destacar que todo do agricultor familiar também é filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Em relação à frequência de participação nas reuniões/assembleias das organizações das quais eram membros, 91% dos entrevistados declarou que sempre participavam destes eventos. Trata-se de um ponto forte das organizações, pois mostra coesão social<sup>7</sup>, fidelização dos associados e participação formal alta que são aspectos que devem ser observados para um melhor desempenho das organizações comunitárias. (TAB 4). Entretanto faz-se necessário averiguar se esta participação se dá pelo aspecto quantitativo ou qualitativo, fato que não nos detivemos durante nosso trabalho de campo.

---

<sup>7</sup>Cf. Alexandre (2012, p. 212), coesão social pode ser definida como a quantidade de pressão exercida sobre os integrantes de um grupo a fim de que continuem nele.

Tabela 4 - Caracterização da participação do agricultor familiar na sua organização, segundo a sua filiação, participação, frequência e percepção da importância dos assuntos tratados nas reuniões. Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, 2015.

Variável	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
<b>Associado a alguma Organização</b>		
Sim	11	85%
Não	2	15%
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
<b>Pessoas que participam das reuniões da Organização</b>		
Só você	5	38%
Você e seus familiares	6	46%
Não informou	2	16 %
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
<b>Frequência de participação nas reuniões*</b>		
Sempre	10	91%
Nunca	1	9%
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>
<b>Percepção sobre a importância dos assuntos tratados*</b>		
Trata de assuntos importantes para o produtor	4	36%
Trata tanto de assuntos de interesse do produtor como de interesse da diretoria	6	55%
Não informou	1	9%
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2015). \*Excluindo dois que não são associados.

Quando perguntados sobre os assuntos tratados nas reuniões, do total dos entrevistados, a maioria (55%) considerou que os assuntos eram tanto de interesse da diretoria, quanto dos associados. Destes, 36% afirmaram que os assuntos tratados eram de interesse exclusivo dos associados, estes dados demonstram que as associações estão, de certo modo, representando os interesses do seu quadro social. Numa visão mais ampliada da participação social em organizações democráticas, faz-se necessário também que o processo participativo seja de mão-dupla, de modo que, os associados possam, inclusive, definir a pauta das reuniões e não a receberem pronta de forma inflexível, como foi observado *in loco* em alguns casos. (GONI, 1999).

A seguir (TAB 5) são apresentados os dados relativos apenas aos 11 agricultores que eram vinculados a alguma das associações existentes no município. A análise dos dados pelos critérios da escala de Likert permite afirmar que os agricultores familiares avaliaram de forma positiva as suas organizações e suas respectivas diretorias, haja vista que alternativa de concordância total obteve a frequência 5, enquanto que a média das alternativas possíveis foi de 3,5. Embora como destacado anteriormente, tenha havido reuniões cujas pautas eram pré-



definidas pela direção da organização sem consulta prévia à base, o que pode indicar que os aspectos qualitativos não tenham sido considerados nesta avaliação pelos entrevistados.

Tabela 5 - Percepção dos agricultores familiares sobre a representação dos seus interesses pela Diretoria das Organizações da Agricultura Familiar, Couto de Magalhães, Minas Gerais, 2015.

<b>Representa os interesses dos associados</b>	<b>Frequência (F)</b>	<b>Peso (F)</b>	<b>F*P</b>
Não concordo totalmente	3	1	3
Indiferente	1	3	3
Concordo parcialmente	2	4	8
Concordo totalmente	5	5	25
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Quando indagados sobre a proximidade que sentiam em relação à diretoria de sua organização e/ou da própria organização, 64% dos agricultores familiares responderam que se sentiam muito próximos, 27% pouco próximos e 9% distantes (TAB 6). Estes dados podem, à primeira vista, serem considerados preocupantes, pois para determinadas ações coletivas estratégicas há a necessidade que seus membros tenham o sentimento de pertencimento em maior grau possível. Fica evidente a necessidade de realização de trabalhos que aproximem os associados, pouco próximos ou distantes, de suas organizações.

Tabela 6 - Avaliação da Organização, segundo o grau de proximidade do agricultor familiar, ganhos e benefícios obtidos via associação às entidades representativas. Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, 2015

Variável	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)	Total
<b>Proximidade em relação à organização</b>			
Muito próximo	7	64%	100%
Relativamente próximo	1	9%	
Pouco próximo	3	27%	
<b>Avaliação do fato de estar associado</b>			
Positivo	8	73%	100%
Indiferente	3	27%	
<b>Benefícios obtidos para a propriedade via associação</b>			
Maior inserção no mercado/Aumento no lucro /Obtenção de crédito rural /Acesso a máquinas e equipamentos	3	27%	100%
Acesso a máquinas e equipamentos	2	18,5%	
Maior inserção no mercado/Obtenção de crédito rural	3	27%	
Acesso a máquinas e equipamentos	2	18,5%	
Não informou	1	9%	

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Em contrapartida, mesmo que alguns membros tenham relatado que não se sentiam próximos à organização que estavam vinculados, quando perguntados se associar foi algo negativo ou positivo (TAB 6), a maioria (73%) atribuiu um significado positivo a este fato. Chama a atenção que nenhum dos entrevistados deu conotação negativa. Isto pode demonstrar a primeira à vista, que as organizações atendem às expectativas de seus associados.

Quanto aos benefícios advindos para unidade produtiva familiar em função de se unirem em associação, os principais benefícios relatados foram: acesso aos implementos agrícolas, obtenção de crédito rural e maior inserção no mercado. A seguinte distribuição foi encontrada: 27% dos entrevistados responderam que os benefícios obtidos foram maior inserção no mercado, aumento no lucro, obtenção de crédito rural e acesso a máquinas e equipamentos; 18,5% o acesso aos implementos agrícolas; 27% maior acesso ao mercado e obtenção de crédito rural; 18,5% acesso aos implementos agrícolas e 9% não responderam.

Os benefícios listados podem ter relação direta com a atuação das associações junto aos órgãos de apoio à agricultura familiar. Por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) permite que os agricultores familiares, organizados em associação, forneçam alimentos para alimentação escolar proporcionando maior inserção no mercado institucional. Outro exemplo é a obtenção de crédito rural via bancos públicos (Banco do Nordeste e Banco do Brasil) o seu acesso, em geral, é vinculado à participação do agricultor a uma associação. Por outro lado, o acesso a alguns implementos agrícolas (tratores e outros), foram repassados às associações pelo Governo do Estado de Minas Gerais para realizarem trabalhos junto ao seu quadro social.

## 5.2 Representantes das organizações parceiras

Nesta categoria, participaram um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Couto de Magalhães de Minas, um da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e dois de órgãos da administração pública direta: um da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas e um da Câmara Municipal de Couto de Magalhães de Minas.

Quando os parceiros foram perguntados sobre o número de agricultores familiares existentes no município, nenhum dos entrevistados aproximou-se do quantitativo de agricultores definidos pelo principal órgão oficial de apoio à agricultura familiar, ou seja os dados constantes nos relatórios do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que consta de 59 o número de agricultores familiares<sup>8</sup>. (TAB 7).

Tabela 7 - Quantitativo de Agricultores Familiar em Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, relatado pelos parceiros, 2015

Organização	Número de Agricultores
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Não soube informar
Câmara Municipal de Couto Magalhães de Minas	18
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	15
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	150

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

<sup>8</sup> Essa discordância, como apresentando anteriormente, teve influência na seleção da amostra de agricultores familiares.

O maior número de agricultores familiares atribuído pelo representante do escritório local da EMATER - MG pode ser explicado pelo fato do mesmo ter incluído nesse rol as unidades produtivas não caracterizadas como da agricultura familiar, incluindo pequenos produtores rurais de modo genérico. A título de exemplo nesse rol foram incluídos donos de propriedades rurais que a utilizam para lazer e pequenos proprietários rurais que têm outra fonte de renda originada do comércio ou prestação de serviços na cidade e que empregam mão de obra de trabalhadores rurais permanentemente, sendo que estes não atendem os requisitos legais para serem categorizados como agricultores familiares. Há de se destacar que a EMATER - MG não atende exclusivamente à agricultura familiar.

Por outro lado, o número de agricultores familiares declarados pelos representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e da Câmara Municipal, representa praticamente a quantidade de agricultores que trabalham na feira livre do município. Desta forma, pode-se inferir que para eles, o agricultor familiar é aquele que produz e comercializa diretamente a sua produção localmente. Os demais são invisíveis por não estarem “integrados” ou vistos como “integrados” ao mercado de consumo.

Em relação à renda média mensal familiar dos agricultores, estimada pelos parceiros, esta variou de um salário mínimo a um e meio salário mínimo. Esta renda é semelhante à encontrada por Santos (2015) em trabalho realizado com agricultores familiares em Ponta Porã – MS. De maneira geral, esses dados indicam que a família do agricultor vive com baixos rendimentos financeiros.

Quanto à qualidade da assistência técnica disponibilizada para a agricultura familiar no município, os representantes da EMATER – MG e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais informaram que se trata de “um tempo ruim para ATER na região”: a EMATER – MG não possui sede própria e todo o município é atendido por um técnico agrícola que comparece duas vezes por semana atuando principalmente com “grupo de interesses” na sede do município: reuniões específicas com produtores vinculados a algum programa governamental – PRONAF, PAA, etc. Esta estratégia foi justificada pela ausência de recursos financeiros para o desenvolvimento de trabalho em campo.

A realidade encontrada em Couto de Magalhães de Minas parece não diferir da maioria dos municípios brasileiros, pois, na década de 90 houve uma reorientação da ATER pública que passou a privilegiar modelos orientados pela demanda e voltados para a ação com

grupos de produtores (PEIXOTO, 2009). Por outro lado, a centralização do trabalho na sede do município, justificada pela ausência de recursos financeiros para trabalho de campo, foge ao princípio norteador da assistência técnica e de extensão rural, ou seja, estar presente onde as atividades de trabalho agrícolas são desenvolvidas. (BRASIL, 2007).

Os dois representantes do poder público municipal informaram que “além da EMATER, a Associação de Desenvolvimento Rural do Amendoim também dá suporte com máquinas e implementos agrícolas usados pelos pequenos produtores do município”. Esta ação pode ser analisada sob dois aspectos: o primeiro pode representar a possibilidade de protagonismo e empoderamento da comunidade ou da organização de pequenos produtores, o que é um fato positivo e o segundo pode ser entendido como uma transferência da responsabilidade da esfera estatal para a sociedade civil, o que é, em princípio, um fato negativo, pois conforme a Política Nacional de Assistência Técnica (BRASIL, 2007) é de responsabilidade das ATERs assegurar o acesso a serviço de assistência e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente. Ao serem repassadas tais atividades para as organizações civis o poder público se exime de suas atribuições.

Em relação ao fornecimento de crédito para o agricultor familiar, todos os representantes dos parceiros responderam que os financiamentos advêm de bancos de estatais: Banco do Brasil (BB) com o PRONAF e o BB/Projeto de Investimento<sup>9</sup> e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a linha Agroamigo<sup>10</sup>, sendo que “quase todos os agricultores familiares acessam”. Em relação a esta linha o representante da EMATER informou que o técnico do BNB não tem feito visitas regulares aos agricultores familiares é que não há mais recursos financeiros para a linha de crédito do Projeto de Investimento do BB: “o agente de desenvolvimento do BNB foi dispensando por contenção de gastos e BB/Projeto Investimento não tem mais recursos”.

Os cortes relativos ao crédito rural, no ano em curso, diminuiriam, provavelmente em função da contenção do orçamento público do governo federal. Não há como medir neste trabalho os impactos de tais medidas para a produção da agricultura familiar no município em estudo. Porém, revela-se no caso em tela o *modus operandi* da política agrícola no Brasil que

---

<sup>9</sup> O Projeto de Investimento é uma linha de financiamento do Banco do Brasil para qualquer caso de investimento agropecuário (produção primária), informação obtida no endereço eletrônico: <<http://www.bb.com.br>>

<sup>10</sup> Trata-se de um Programa de Microfinanças Rural operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil com o Instituto Nordeste (INEC), informação obtida no endereço eletrônico: <<http://www.bnb.gov.br>>

historicamente privilegia a agricultura comercial-exportadora. Muito embora não se possa negar que nos últimos anos houve maior valorização da agricultura familiar dentro das políticas públicas.

Quanto à opinião sobre a participação das organizações de agricultores familiares na cadeia produtiva do município, os parceiros afirmaram que os mesmos estão inseridos nesta cadeia. Entretanto, houve variação do percentual de participação atribuído: 8% dos agricultores familiares para o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; de 60 a 70% para o representante da EMATER e 90% para os representantes do poder público municipal. O valor atribuído pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais provavelmente destoou dos demais por ter havido confusão do entrevistado entre o número de moradores no campo com o percentual de participação das organizações dos agricultores na cadeia produtiva.

Quando se buscou conhecer a opinião do parceiro sobre o número de pessoas envolvidas na cadeia produtiva da agricultura familiar, o representante da EMATER estimou que aproximadamente 105 agricultores familiares estavam envolvidos com alguma cadeia produtiva (leite, mel e hortifrutigranjeiros), o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que eram aproximadamente 300 e os representantes do poder público municipal não souberam informar.

Este achado é preocupante, pois demonstra que não há atenção por parte dos parceiros para a cadeia produtiva da agricultura familiar no município. Durante a pesquisa de campo pudemos perceber que a visão dos parceiros é atomizada, ou seja, ao invés de pensar na cadeia produtiva do município, centra-se nas demandas específicas das associações ou comunidades não proporcionando um ambiente de articulação dessas demandas.

Quando os parceiros foram perguntados sobre a importância das organizações de agricultores para a cadeia produtiva do município o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais associou a mesma a sua representatividade junto ao poder público: “representam os associados perante o governo, sendo que ele [poder público] está exigindo cooperativas” e também a presença de máquinas e insumos: “Associações têm tratores<sup>11</sup>”.

---

<sup>11</sup> Cf. Júnior (2009, p. 18). Tudo indica que os tratores das associações de Couto de Magalhães de Minas foram adquiridos via projeto de Mecanização Agrícola do PCPR em algumas associações o trator foi adquirido juntamente com implementos para a realização da aragem e outras atividades agrícolas.

Em relação ao primeiro aspecto apontado, cabem algumas considerações de caráter histórico. Em primeiro lugar, tal atitude beira a um tipo de intervencionismo estatal direito caso seja exigido realmente a criação de cooperativas. Em segundo, aponta para uma espécie de tentativa de controle social dos agricultores familiares por parte do governo. A história revista deste tipo de relação mostra-nos que em regra os efeitos colaterais desse fenômeno são danosos para as populações rurais. Conforme acentua Leite (2013) o Estado deve agir de modo intervencionista indireto, ou seja, criando o marco regulatório, realizando a fiscalização e políticas de incentivo ao setor associativista e cooperativista.

A associação é o modelo organizacional mais utilizado no município, sendo que ela é formada pela união de pessoas para atender necessidades e objetivos comuns, sem a finalidade básica de lucro. Por se tratar de uma entidade de relatividade simplicidade no seu processo de constituição e gestão, os agricultores familiares têm se apoiado nesse modelo. (JÚNIOR, 2006).

Em geral, as possibilidades de aumento de renda, grosso modo, para o agricultor familiar passam pelo desenvolvimento de organizações coletivas. Peroni (2009) exalta, no estudo de caso da Associação Gaúcha de Empreendimentos Lácteos na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, que os produtores associados garantiram uma renda-extra em relação aos não associados.

Via de regra, os agricultores buscam o aumento da renda monetária para atender suas necessidades primárias<sup>12</sup> via processo de comercialização direta ao consumidor final. Por outro lado, para a participação em novos mercados é preciso à aquisição de conhecimento especializado. Daí a necessidade de aumentar os conhecimentos dos agricultores familiares nos aspectos relacionados à logística, mercadologia, entre outros que podem ser viabilizados pelas associações e cooperativas de agricultores familiares. Como dito anteriormente, pela facilidade de constituição os agricultores familiares optam pelo primeiro tipo.

Tendo em vista o reconhecimento das dificuldades vividas pelos pequenos produtores urbanos e rurais para comercialização de seus produtos, no presente ano foi criada a Plano Nacional de Economia Solidária que reconhece as associações, condomínio de produtores, grupos solidários informais, rede de cooperação em cadeias produtiva e arranjos

---

<sup>12</sup> Cf. Chiavenato (2004, p.331). A Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas de Maslow divide as necessidades humanas em dois grupos: necessidades primárias (fisiológicas e de segurança) e necessidades secundárias (sociais, estima e de autorrealização).

econômicos locais e cooperativas populares como atores econômicos. (BRASIL, 2015a, p. 10). Diante do exposto, a exigência de estar vinculada a cooperativa como relatado pelo representante do sindicato dito por algum agente de poder público reduz as possibilidades de autodeterminação do agricultor familiar e não reconhece ou estimula novas formas solidárias de organização.

Em relação às associações possuem maquinário agrícola, fato nos chamou a atenção foi à existência de tratores e equipamentos implementos em todas as associações (com exceção de uma vinculada a produção de mel). Há de se refletir que a estratégia de pulverizar recursos materiais por associação pode, de certo modo, interferir na eficiência da cadeia produtiva, pois percebemos durante nossas visitas ao campo que muitos equipamentos agrícolas não eram utilizados em decorrência da falta de manutenção, ou seja, a presença de um trator, por exemplo, por si só não significa, necessariamente, aumento ou melhoria da produção agrícola e/ou da cadeia produtiva.

Por outro lado, a mecanização da agricultura da familiar no Alto Vale do Jequitinhonha sofre críticas, conforme assevera Ribeiro *et al.* (2007): primeiro porque se trata de uma medida próxima ao assistencialismo, pois tais equipamentos são disponibilizados, em geral, via fundo não reembolsáveis por programas da esfera governamental e, segundo porque tais programas desconsideram o contexto geral da região não levando em consideração que a baixa produtividade atribuída à região é uma característica estrutural do sistema, e não pode ser eliminada dentro do paradigma trator-adubo-veneno.

Em relação ao assistencialismo, Oliveira (2015) pondera que no Território do Alto Jequitinhonha há forte presença de órgãos estatais na condução das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, e que esta se constitui numa problemática não havendo, portanto, autonomia política para condução de tais políticas pelos agricultores familiares.

Ao contrário disso, há autores que divergem desta posição, ao se referirem especificamente à realidade de Couto de Magalhães de Minas afirma que

Tendo em vista que se trata de zona rural e várias associações não possuíam trator antes do PCPR, a aquisição da mecanização significou uma expressiva facilitação nos serviços. Interessante fator a ser considerado é o fato da mecanização requerer poucas pessoas no desenvolvimento de suas atividades rotineiras. Isto ocorre porque o recomendável é o manuseio do aparelho por apenas uma pessoa (tratorista). (JÚNIOR, 2009, p. 19).



Não foi objetivo deste trabalho avaliar o grau de satisfação dos associados quanto ao uso destes equipamentos, até porque não se tinha conhecimento desta realidade.

Verificamos que os demais parceiros mencionaram outros aspectos relativos à importância das organizações para a cadeia produtiva. O representante da EMATER destacou a participação das mesmas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS): “cinco delas estão no CMDRS.” Já os representantes do poder público municipal relacionaram a importância sob a perspectiva da união em torno das associações: “manter o grupo em boa sintonia.” Importante lembrar que a participação das associações em conselhos é uma das funções mais relevante, pois a participação nos conselhos permite levar e discutir as demandas, propor políticas e definir prioridades para a agricultura familiar e que vai ao encontro de seus objetivos sociais. O Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural Sustentável tem uma série de atribuições dentre eles, destaca-se a função de articular e adequar as políticas públicas estaduais e federais à realidade municipal.

Quanto aos principais entraves para o desenvolvimento de organizações rurais no município de Couto de Magalhães de Minas, de acordo com as informações do representante EMATER, aproximadamente 70% dos agricultores familiares estão envolvidos com a cadeia produtiva da agricultura, mas muitos também estão envolvidos com o garimpo.

Quando questionados sobre quais os principais entraves para o desenvolvimento das organizações agricultores familiares em Couto Magalhães de Minas, o representante da EMATER atribuiu ao baixo número de residentes no meio rural (em torno de 367 agricultores) fato que inviabilizava de ter um volume de produção maior, seguindo da alta idade média do agricultor familiar. É discutível essa percepção de que o número de residentes no campo seja um entrave para o desenvolvimento das organizações, como já debatido anteriormente o município tem dimensões espaciais reduzidas e por isso, os agricultores familiares transitam entre o campo e a cidade constante, tendo alguns moradia em ambos.

Concernente à demografia municipal ao se analisar os dados do Censo do IBGE (2011) referente ao grau de urbanização por período, verificamos que em 1980 Couto de Magalhães de Minas (Apêndice VIII) foi um dos poucos municípios que apresentava população, predominantemente, urbana com um grau de urbanização de 64%. Em 1991, o grau de urbanização de Couto de Magalhães ficou em 79%. No ano 2000, Couto de Magalhães de Minas passou-se para um grau de urbanização de 90%. E, por fim, em 2010 o

índice chegou a 91%. Fica demonstrando que se trata de um município de pequeno porte oficialmente urbanizado, no qual há uma população residente na cidade maior do que no campo. (IBGE, 2011).

Infere-se que embora os dados demonstrem que Couto Magalhães de Minas tenha um alto grau de urbanização isso não significa que suas características sejam de um município extremamente urbano. Quando este foi elevado à categoria de município em dezembro de 1962 pela Lei n.º 2.764 deixando a categoria de distrito, esse manteve suas características, ou seja, um distrito que era produtor de alimentos para Diamantina e quando emancipado continuou com o mesmo território. Em resumo, a emancipação política-administrativa alterou o aspecto formal: o que antes era somente campo transformou-se também em cidade, mas sem alterar sua estrutura produtiva agrícola.

No nosso entendimento, essa situação criou certa “artificialidade” no grau de urbanização do município já que parte da população, mesmo contabilizada a partir de 1962 como residentes na área urbana, continuou produzindo alimentos. O que na atualidade pode ser constatado pela existência alguns em quintais produtivos (FIG 4).

Figura 4 - Quintal produtivo na Cidade de Couto Magalhães de Minas, Minas Gerais, 2015.



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

O grau de urbanização do município também não corresponde ao que acontece realmente no território devido ao fato de que as distâncias entre as comunidades rurais serem curtas (em média 8,2 km) e muito dos agricultores familiares residem e/ou circularem entre o urbano e o rural cotidianamente.

Portanto, é necessário alargar os horizontes do debate da agricultura familiar nos pequenos municípios, no sentido que:

A discussão sobre as múltiplas funções da agricultura urbana fomenta um novo olhar sobre essa realidade no sentido de superar a dicotomia entre o rural e urbano, dando um passo além para mudar a forma de enxergar e entender as potencialidades da cidade. A agricultura urbana direciona o olhar para compreender que sempre houve uma estreita relação entre campo e cidade. (LOVO, 2011, p. 5).

Enfim, a questão aqui apresentada não foi direcionada para criar ou aprofundamento das discussões da dicotomia entre campo e cidade independentemente do grau de urbanização do município (Anexo I), do tamanho da população rural ou urbana<sup>13</sup>. Importa reconhecer que a agricultura ocorre não tão-somente no espaço rural. Nesse sentido, é preciso dar visibilidade a essas iniciativas e incorporá-las nas ações de estímulo e desenvolvimento da agricultura familiar no município.

O grau de urbanização do município é motivo de alguns transtornos para a cadeia produtiva da agricultura familiar, segundo o representante do escritório local da EMATER, pois os números de produção, área plantada etc. são subestimados o que inviabiliza o acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

Quanto à alta idade média do agricultor familiar denominado com um entrave ao desenvolvimento das organizações dos agricultores familiares apontada pelo representante da EMATER. Segundo Ribeiro *et al.* (2007) aposentadorias e pensões elevaram – ou criaram, onde não havia – rendas monetárias; dando mais liquidez às famílias com terra. Representando, portanto, para esse autor, uma vantagem competitiva da agricultura familiar que se “capitaliza” e pode se reproduzir socialmente inclusive contratando esporadicamente

---

<sup>13</sup> Cf. Silva (1997). Na década de 90, José Graziano da Silva chamava a atenção para esse ponto, escrevendo que “na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante”.

terceiros para auxiliar no processo produtivo ou planejar, quando for o caso, o melhor momento para comercialização a sua produção, mas facilita a comercialização.

Em outras palavras, o envelhecimento dos agricultores familiares com acesso aos direitos previdenciários pode significar um ponto forte da cadeia produtiva já que estes têm renda fixa garantida, ainda que, mínima, mantenedora de sua atividade laboral. Paradoxalmente, também pode significar um ponto fraco da cadeia porque revela um quadro de diminuição da população jovem local, tal como ocorre em todo o Alto Jequitinhonha, pois o “cenário de envelhecimento populacional com um número menor de crianças e jovens, fato este que explicita um processo de migração dos mais jovens para a cidade, seja dentro do próprio município ou em outras regiões”. (SILVA, 2014, p. 70).

Os principais entraves apresentados pelos representantes do poder público municipal foram relativos à inserção do volume produzido pela agricultura familiar para o mercado: da “porteira para fora”, pois a dificuldade é “achar comprador para produção, pois no caso do projeto da pimenta, por exemplo, da “porteira para dentro” tudo funcionou, mas da “porteira para fora” faltou compradores”.

Conforme um dos entrevistados, o referido projeto foi um arranjo entre as instituições locais com a indústria de condimentos Pirata sediada região metropolitana de Belo Horizonte. Nesse acordo, a empresa forneceu sementes e se comprometeu a comprar a produção, os agricultores cultivariam as espécies de interesse da firma e lhe entregariam a produção nos prazos e condições estabelecidas. Em resumo, o problema reside na entrega da produção, pois até o momento não houve nenhuma compra da empresa, apesar dos agricultores terem produzido nos termos estabelecidos.

É discutível a estratégia de integração da agricultura familiar com a indústria regional porque a relação de negócio nem sempre se dá em termos equilibrados. Esse caminho tem como provável resultado uma maior dependência do agricultor familiar ao mercado regional e a sua entrada em cadeias produtivas mais complexas que exigem mais capital intelectual e financeiro. Embora os retornos financeiros possam parecer vantajosos, trata-se de mercados marcados pelo maior risco e incertezas do que o mercado próximo, local e de relacionamento direto com o consumidor. (PLEIN E FILIPPI, 2011).

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Couto de Magalhães de Minas também apontou que os principais entraves para o desenvolvimento das organizações

de agricultores familiares em Couto Magalhães de Minas, eram relacionados à comercialização, dando destaque aos preços pagos ao agricultor familiar:

No projeto da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) os preços são equiparados com os produtos do CEASA, que não tem produção com agrotóxicos. O projeto de compra direta o valor era baixo. Não tem como entregar os produtos como laranja que se perdem no campo, por isso a importância da FRUTIVALE para comercialização. O produzir não é difícil, o difícil é comercializar. O leite pela vida o preço é de 0,86/litro que não cobre os custos.

Em trabalho realizado por Paulino *et al.* (2015) foi verificado que além do autoconsumo, a produção da agricultura familiar destinava-se aos consumidores finais locais e à alimentação escolar via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal. Em regra, o principal produto adquirido no município pelo Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal (PAA) dos agricultores familiares constitui-se do PAA Leite para alimentação de crianças em idade escolar e idosos em instituições de apoio.

Segundo Vogt (2009), ao criar instrumentos de aquisição fundamentados em preços de referência diferenciados para agricultura familiar, o PAA favorece o surgimento de condições propícias para o Estado possa interferir no mercado de preços agrícolas de modo favorável ao agricultor familiar.

A produção de leite no município em 2015 estava concentrada em 35 propriedades rurais, havendo 597 matrizes em idade de reprodução e 356 (59,6%) matrizes em lactação, o índice técnico ideal é definido como acima de 75% (TAB 8).

Tabela 8 - Situação da produção de leite na Agricultura Familiar em Couto Magalhães de Minas, Minas Gerais, 2015.

Número de Propriedade	Matrizes em idade Reprodutiva	Matrizes em Lactação	Produção Total (litros)	Média de Produção (litros/dia/vaca)
35	597	356	2939	8,25

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Essas informações demonstram que é necessário melhorar a produção de leite, talvez investindo na eficiência do manejo do rebanho bovino para garantir mais renda ao produtor rural. Aponta também para uma possível estratégia do agricultor familiar de apostar na criação de animais na expectativa de criar “poupança” (hipótese nossa), pois pode tanto

comercializar o leite, quando os bezerros e a matriz em situações que necessite de capitalizar-se no médio prazo.

Para o representante do Sindicato o preço pago ao produtor rural pelo Governo não cobria os custos, sendo concordante com os dados obtidos por Assis (2013) que demonstrou que o custo de produção do leite numa propriedade do município, em 2005, era de R\$ 0,86. Se considerarmos os efeitos da inflação referente ao período de 2005 a 2015 o custo de produção do leite não será inferior ou igual ao registrado em 2005.

Ressalta-se que um dos instrumentos de política agrícola utilizado pelo governo é a política de preço mínimo e que o valor mínimo definido pelo MAPA para o leite referente à safra de 2015/2016 foi de R\$ 0,76 para região sudeste. Em outras palavras, o preço pago ao agricultor familiar pelo programa PAA está acima do preço mínimo definido pelo MAPA.

Essa situação revela algo preocupante, pois pode demonstrar um processo de descapitalização do agricultor familiar, conforme alerta Assis (2013). Ademais, do ponto de vista macroeconômico, o preço final dos produtos agrícolas, em última instância, é sempre delimitado pela capacidade financeira dos consumidores finais sendo assim os agentes intermediários da cadeia. Neste caso, o poder público também repassa aos agricultores familiares as mesmas pressões de custos praticadas pelas firmas oligopólicas<sup>14</sup> ou monopsônicas<sup>15</sup>. (VIEIRA, 1998).

Por outro lado, Vogt (2009) ao estudar as experiências de comercialização de alimentos das Cooperativas Cooper Fonte Nova e da Cooperfamiliar identificou que houve uma valorização dos mercados locais e regionais de produtos agrícolas.

Para Silva (2014) a distribuição percentual da produção agropecuária do município em 2007 se constituía da seguinte forma: 45,2% leite, 12,7% cana de açúcar, 12,6% feijão, 12,3% milho, 2,2% mandioca, 5,8% café, 0,7% urucum, 1,7% ovos e 1% mel e 16,3% carvão e lenha. Quanto aos outros produtos adquiridos pelo PAA o estudo de Paulino *et. al* (2014) constatou que as frutas mais comercializadas pelos agricultores familiares de Couto de Magalhães de Minas eram a laranja e a goiaba, ambas cultivadas em 81,97% das propriedades.

---

<sup>14</sup> Cf. Passos (2003, p. 17). Oligopólio é uma situação de mercado em que um número pequeno de firmas domina o mercado, controlando a oferta de um produto, tal produto pode ser homogêneo ou diferenciado.

<sup>15</sup> Cf. Passos (2003, p. 18). Monopsônio é o regime ou estrutura de mercado em que um único comprador concentra em suas mãos a totalidade de compra dos fatores de produção, não obstante ele se defronte com grande número de vendedores ou ofertantes de tais fatores.

Em síntese, a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar para o Programa de Aquisição de Alimentos (principalmente o leite) pode, à primeira vista, parecer prejudicial, mas no nosso entendimento essa estratégia pode garantir a estabilidade da oferta e o recebimento.

Em linhas gerais, os parceiros das organizações de agricultores familiares de Couto Magalhães de Minas identificam como dificuldades para o desenvolvimento da agricultura familiar no município, além da pouca organização de seu arranjo produtivo local, os problemas inerentes da estrutura econômica da região, migração da população jovem, envelhecimento da população rural e ausência de Assistência e Extensão Rural (ATER) regular e constante.

Por fim, os principais atores da cadeia produtiva da agricultura familiar identificados pelos parceiros foram: Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural do Amendoim (ASCOMDRA), Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural das Canjicas (ACDRC), Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural do Tomé, Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Gangorras (ASDEGA), Associação dos Apicultores de Couto Magalhães de Minas (APICOUTO) e Associação de Comunitária de Desenvolvimento Rural de Tomé.

### **5.3 Organizações de Agricultores Familiares**

Das cinco organizações tidas como principais no município quatro participaram deste estudo: Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural do Amendoim (ASCOMDRA), Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural das Canjicas (ACDRC), Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural do Tomé, Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Gangorras (ASDEGA), Associação dos Apicultores de Couto Magalhães de Minas (APICOUTO).

Em relação à localização, uma (APICOUTO) tem sua sede na cidade e as demais se localizam a uma distância média 11,6 km do município. A mais próxima é a ASDEGA que dista 5 km da sede do município, seguida pela ACDRC – 12 km e ASCOMDRA – 18 km. Essa média encontrada pode significar facilidade para o escoamento de produtos, para organização do quadro associativo e possivelmente facilita também processo de formação e capacitação.

Na Tabela 9 são descritas algumas características destas organizações quanto à natureza jurídica, todas são pessoas jurídicas de direito privado com interesse público constituídas na forma de sociedade civil sem fins lucrativos sob a égide do Código Civil.

O presidente da Associação dos Apicultores de Couto Magalhães de Minas (APICOUTO) informou que a mesma é constituída por 10 membros que se dedicam a produção de mel, sendo que a entidade atende a 25 famílias no município. O da Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de São Gonçalo das Canjicas (ACDRC) informou que o número de associados é de 40 e suas operações beneficiam 20 famílias. Já o presidente da Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Gangorras (ASDEGA) não soube informar o número de associados e nem o número de famílias beneficiadas. E o da Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural do Amendoim (ASCOMDRA) informou que esta é composta por aproximadamente 100 associados e atende a 40 famílias (TAB 9).

Tabela 9 - Características das Organizações de Agricultores Familiares de Couto Magalhães de Minas, Minas Gerais, 2015.

Entidade	Natureza Jurídica	Comunidade	Número de associados	Número de Famílias beneficiadas
Associação dos Apicultores de Couto Magalhães de Minas (APICOUTO)	Sociedade Civil sem Fins Lucrativos	Morro Branco	10	15
Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de São Gonçalo das Canjicas (ACDRC)	Sociedade Civil sem Fins Lucrativos	Canjicas	40	20
Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Gangorras (ASDEGA)	Sociedade Civil sem Fins Lucrativos	Gangorra	S/I <sup>16</sup>	S/I
Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Amendoim (ASCOMDRA)	Sociedade Civil sem Fins Lucrativos	Amendoim	100	40

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Em relação ao aspecto da infraestrutura das associações constatou-se que nenhuma delas tinha infraestrutura de administração instalada ou funcionando – escritório, computadores, telefones – tampouco, tinham infraestrutura de armazenagem e comercialização (armazém, silo, loja, etc) e também não possuíam infraestrutura de transporte (caminhão, carroça, moto, etc). Por outro lado, todas tinham algum tipo de infraestrutura de

<sup>16</sup> Sem Informação.



produção, assim, por exemplo, a APICOUTO tem instalada uma Casa de Mel com todas as máquinas e equipamentos e as demais tinham pelo menos um trator com todos os implementos agrícolas.

Voltando a discussão do repasse de máquinas e equipamentos agrícola, já discutida na seção anterior, há estudos que também contrapõem ao incentivo da mecanização da agricultura familiar na região, como por exemplo, a experiência com Sistemas Agroflorestais (SAF's) do Centro de Agricultura Vicente Nica (CAV) em Turmalina, no Alto Jequitinhonha que afirmar que os agricultores familiares aprenderam

[...] definitivamente, [que] essa produtividade não cresce com os recursos técnicos da Revolução Verde, em função das barreiras topográficas à mecanização, financeiras à química agrícola, culturais aos pacotes agrícolas, orçamentárias à sedução dos subsídios, ambientais à irrigação em larga escala. (ASSIS E RIBEIRO, 2007, p. 9).

Para outra corrente, ligada aos órgãos governamentais, a experiência com mecanização agrícola e associativismo na região é positiva porque:

[...] aquisição da mecanização significou uma expressiva facilitação nos serviços. Interessante fator a ser considerado é o fato da mecanização requerer poucas pessoas no desenvolvimento de suas atividades rotineiras. Isto ocorre porque o recomendável é o manuseio do aparelho por apenas uma pessoa (tratorista). (JÚNIOR, 2009, p. 18).

Como dito anteriormente, um dos problemas da mecanização agrícola para as pequenas propriedades está relacionada ao custo de manutenção e operação. Conforme relatado por Bezerra (2003) há registros em que quando o trator apresenta alguma inconformidade técnica, as associações não têm recursos para contratar serviços especializados ou não tem como contratar um tratorista que mantenha em operação a máquina.

Os dirigentes, quando questionados em relação às parcerias com organizações governamentais e não governamentais, revelaram que não há organizações do Terceiro Setor e da Economia Solidária desenvolvendo ações no município. As parcerias são estabelecidas mesmo que de modo precário com órgãos ligados a ATER.

Quanto às dificuldades levantadas pelos dirigentes relacionadas à produção agrícola mereceram destaques: a falta do recurso hídrico (APICOUTO e ASCOMDRA), a

falta de matéria-prima (ACDRC e ASDEGA) e pequena área de produção agrícola (APICOUTO).

Em relação à falta do recurso hídrico para produção, tal dificuldade se desdobra em dois aspectos: o primeiro é que para produção de mel é preciso flores de árvores tanto dentro quanto fora da propriedade do agricultor. No segundo, a referência à falta de água se refere à impossibilidade de se fazer captação d'água para irrigar ou tratar dos animais. Destarte, o problema da falta de água é mais profundo do que isso e exige soluções mais complexas do que a simples adoção de um método ou outro de irrigação das culturas.

Em relação à falta de matéria-prima e insumos agrícolas talvez as associações pudessem ocupar esse espaço organizando grupos de compra em comum de insumos, mas correlacionando com os dados já levantados esta tarefa seria de difícil execução dada a pouca infraestrutura administrativa das associações. Acrescente-se que, havendo a possibilidade de organização do grupo de compra em comum, seria mais eficiente que a compra fosse realizada pelo conjunto das associações devido ao maior poder de negociação juntos aos fornecedores.

Quanto aos serviços prestados a seus associados, dentre as associações estudadas apenas o representante da APICOUTO relatou que prestava algum tipo de serviço: a promoção de cursos aos novos apicultores ministrados pelos associados mais experientes e comercialização do mel produzido. Há que se destacar que as demais prestam algum serviço, como por exemplo, cessão de maquinários embora seus representantes não tenham considerado esse fato como uma prestação de serviço.

Quanto aos serviços de assistência técnica e extensão rural recebidos pelas associações, os dirigentes informaram que estes eram fornecidos pela EMATER e SENAR (apenas a APICOUTO). Embora os serviços prestados pela EMATER sejam limitados, como visto em outras seções deste trabalho, esta empresa é praticamente a única instituição a operar continuamente no município.

Em relação às principais dificuldades levantadas pelos dirigentes relativas à comercialização agrícola, todos apontaram para a falta de transporte adequado dos produtos, dois dirigentes das associações (ACDRC e ASDEGA) para ausência de propaganda/divulgação que diferencie seus produtos dos produtos agrícolas do agronegócio e um (APICOUTO) para a dificuldade de obtenção de selo de certificação sanitário.

A primeira dificuldade demonstra que a estratégia de dotar as associações de máquinas e equipamentos da “porteira para dentro” não veio acompanhada pela etapa seguinte da “porteira para fora” de levar a produção em transporte adequado a fim de garantir qualidade, quantidade e condições sanitárias condizentes com a expectativa dos consumidores.

Em regra, como não há veículos apropriados, a produção agrícola é escoada em caminhões abertos, camionetes, etc. sem separação de produtos e muitas vezes sofrendo os intemperes do tempo. Para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional é preciso criar condições de que todas as etapas da cadeia produtiva possam ser rastreadas e estejam de acordo com padrões mínimos exigidos. A identificação da falta de transporte como dificuldade para as organizações revela mais uma vez a falta de infraestrutura da produção e distribuição dos produtos da agricultura familiar e pode significar também a ausência de um debate qualificado de todos os aspectos da segurança alimentar no município, como por exemplo, a não discussão coletiva/articulada de uma política e tratamento diferenciado com flexibilização da legislação sanitária específica para os produtos da agricultura familiar.

Em relação à falta de propaganda/divulgação dos produtos da agricultura familiar no município esta dificuldade tem sido sentida pela maioria dos pequenos produtores. Para minimizar esta situação o Plano Nacional de Economia Solidária (BRASIL, 2015a, p. 23-24) apresenta algumas linhas de atuação para fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar, quais sejam: a) Desenvolvimento de capacidades produtivas (fortalecimento da logística solidária), b) Sistemas de comércio justo e solidário e construção identidade da economia solidária: efetivação do selo de certificação do Sistema Nacional do Comercio Justo e Solidário, orientando o mercado e os consumidores para seleção de produtos com atributos de sustentabilidade social e ambiental. A aproximação das associações junto ao movimento da economia solidária pode favorecer maior divulgação e criação de novos mercados e identidade para seus produtos.

Em relação à ausência de certificação do mel, a legislação brasileira que regulamenta a padronização do mel para fins de comercialização só atende às características do mel de *Apis Melífera*, não contemplando o mel das abelhas nativas do país (CARVALHO *et al.*, 2005). Além disso, toda a regulamentação do mel é definida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) órgão tido como responsável pelas ações junto ao agronegócio, enquanto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário não possui a prerrogativa de legislar sobre o assunto. Soma-se a isso, a percepção de que toda a legislação específica é construída a partir de padrões internacionais e na perspectiva dos acordos internacionais multilaterais do Mercosul, dessa maneira, muitas especificidades locais e regionais acabam por serem desconsideradas na elaboração nas normativas.

A apicultura é uma atividade produtiva que no município de Couto de Magalhães de Minas beneficia 25 famílias e produz em média 13.000 kg/ano de mel na Casa de Mel da APICOUTO, embora em 2015 não haja previsão de produção devido a ausência de chuvas no período propício a floração das árvores melíferas. Por outro lado, devido a escala de produção a APICOUTO não conseguiu se enquadrar nos parâmetros de qualidade previsto na Instrução Normativa nº 11 de 20 de outubro de 2000 do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel (Ministério da Agricultura e do Abastecimento)).

Sendo assim, segundo seu dirigente, o mel de abelha (*Apis melífera*) processado pela associação não pode se comercializado no território devido à ausência do certificado de

inspeção do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), inclusive no município de Couto de Magalhães de Minas. Importante destacar que o dirigente não comentou sobre a existência ou não do certificado do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) que seria o selo municipal equivalente ao certificado do Serviço de Inspeção Estadual (IMA) ou Serviço de Inspeção Federal (SIF). Mesmo diante desse quadro, há comercialização. Segundo o dirigente da APICOUTO a produção local de mel percorre um longo caminho para obter compradores. Primeiro é adquirida por um agente do estado de São Paulo que depois disso envia para o estado do Paraná, onde o mel é envasado e certificado.

Não é uma exclusividade da APICOUTO enfrentar a não conformidade do produto pela ótica da legislação sanitária para produtos de origem animal. De acordo com Assis (2013) a Associação dos Produtores da Tradicional Linguiça de Maracaju que obteve a Indicação Geográfica<sup>17</sup> (IG) não comercializava até 2013 a linguiça em nome da associação por não ter o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Paiva (2014) destacou que a comercialização dos produtos de origem animal produzidos pela Associação de Produtores do Assentamento de São Fidelis/RJ era limitada aos assentamentos da reforma agrária pelo fato de não atenderem à legislação sanitária específica.

Não é incomum explodirem queixas de pequenos produtores, indígenas, agricultores familiares e quilombolas que procuram industrializar, minimamente, o mel, o leite, o queijo, carnes defumadas, linguças, etc. Como assevera Paiva (2014 p. 94,) é preciso possibilitar o enquadramento legal perante os órgãos de controle e fiscalização da pequena escala de produção, respeitando a origem, os saberes e os fazeres tradicionais. Na maioria das vezes, pede-se o contrário: a adequação dos agricultores familiares a legislações por vezes de origem alienígena que joga na ilegalidade e/ou irregularidade uma série de conhecimentos tradicionais de caráter produtivo.

---

<sup>17</sup> Cf. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Lei da Propriedade Industrial. As indicações geográficas são formas especiais de proteção intelectual a bens imateriais ou intangíveis de uma coletividade. Visam distinguir a origem de um produto ou serviço, em função de sua qualidade diferenciada, excelência de sua manufatura ou mesmo pela fama que determinada localidade detém em sua comercialização ou fabricação. (BRASIL, 2015d).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a partir da análise da cadeia a partir dos dados e informações coletadas junto às três categorias de sujeitos de pesquisa, pode se inferir que os produtos da agricultura familiar de Couto de Magalhães de Minas segue um caminho simples e curto para: a) o mercado institucional caracterizado pelas compras diretas governamentais; b) o consumidor final via feira livre e c) alguns compradores locais e regionais que ocasionalmente se interessam por um determinado produto agrícola. Ressaltando que este último item tem pouca participação na cadeia em decorrência das dificuldades desta produção ultrapassar as fronteiras regionais de comercialização.

Na cadeia produtiva, os principais entraves apontados foram a irregularidade de Assistência e Extensão Rural (ATER) regular e constante, a escassez do recurso hídrico, a falta de matéria-prima, ausência de transporte adequado dos produtos, a ausência de propaganda/divulgação e falta de selo de certificação sanitário para comercialização. Ressalte-se que algumas dessas dificuldades podem ser resolvidas diretamente pela ação humana, enquanto que outras não. Durante a pesquisa foi observado que há um excesso de maquinários (tratores) nas associações em detrimento de veículos apropriados para transporte dos produtos.

O desconhecimento dos agricultores familiares de toda a cadeia produtiva, no nosso ponto de vista, é dos principais entraves para a superação das dificuldades relatadas. Parece evidente que é preciso que os órgãos de apoio promovam reuniões e capacitações para se atingir o desejado pelo conjunto dos atores sociais envolvidos na cadeia da agricultura familiar, principalmente para melhoria da comercialização agrícola.

As associações de agricultores familiares são importantes atores sociais para a cadeia produtiva do município. Contudo, faz-se necessário que sejam criados mecanismos para que as mesmas sigam o proposto no Plano Nacional de Economia Solidária. Como por exemplo, a participação em projetos relacionados à comercialização agroecológica e/ou participação em feiras de economia solidária.

Finalizando, para que haja o fortalecimento da cadeia produtiva do município como um todo é preciso que seja discutido a ideia da implantação de uma central de associações que aglutine e articule projetos e programas de interesse comum de todas.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, M. Breve Descrição sobre processos grupais. **Comum**. Rio de Janeiro - v.7 - n 19 - p. 209-219 - ago./dez. 2002
- ALMEIDA, A. T. A. **Plano de Desenvolvimento Sustentável:** utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno do Parque Estadual do Rio Preto – MG, Probio 03/2001, Diamantina, MG, 2002.
- ALMEIDA, L. M. M. C. PAULILLO, S. M. P. P; FERRANTE, V. L.S. B. Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235, 2006.
- ALVES, R. M. O, CARVALHO, C. A. L., SOUZA, B. A., SODRÉ, G. S.; MARCHINI L C. Características de mel de *Melipona mandacaia* Smith (Hymenoptera: Apidae),. **Ciência da Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 25(4) p. 644-650, out-dez. 2005.
- ASSIS, D. G. C. **O Papel da Liderança na Implementação da Associação dos Produtores da Tradicional Linguça de Maracaju**. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2013
- ASSIS, L. P. **Análise técnica e econômica de uma propriedade leiteira de Couto de Magalhães de Minas:** um estudo plurianual. 2013. 77 f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia), Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, 2013.
- ASSIS, S. O. **Pobreza rural e desenvolvimento:** um estudo sobre as percepções *out* e *in* no município de Ouro Branco, MG. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2011.
- ASSIS, T. R. P.; RIBEIRO, E. M. Sistemas agroflorestais como recurso didático para a organização dos lavradores do Alto Jequitinhonha. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 7-10, jul. 2007.
- ARNS, P. C. **Ambiente-oficina de capacitação organizacional**. Projeto Banco do Nordeste/PNUD, Série Cadernos Técnicos, número 5, 1998.
- BARROS, G. S. C. **Economia da comercialização agrícola**. Departamento de Economia, Administração e Sociologia – LES. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA Piracicaba/SP, 2007.

BERGAMIM, M.C. 2006. **Agricultura familiar em Boa Esperança/ES**: patrimônio fundiário, estratégias familiares e organização do trabalho e dos agricultores. CONGRESSO ANUAL DA SOBER, 44. Artigo completo. Fortaleza: SOBER.

BEZERRA, L. M. C. **Associativismo rural em Orizona (GO)**: A Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

BRASIL. SENADO FEDERAL, **O Senado e Arranjos Produtivos Locais**. SCOTRI-Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais. 12 a 16 de dezembro de 2011 - nº 205. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/senado/scotri>> Acesso em 15 out. 2015

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2005. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresentacao>>. Acesso: em 29 set. 2015.

BRASIL. **1º Plano Nacional de Economia Solidária, Conselho Nacional de Economia Solidária**, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Brasília, 2015a.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica E Extensão Rural**, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei 15.028 de 19 de janeiro de 2004**, Política Estadual de Fomento a Economia Popular Solidária. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2014. Disponível em <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006**. Lei de Segurança alimentar e nutricional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)>. Acesso em: 03 abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Política Nacional de Agricultura Familiar. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em: 03 abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Regulamentação dos Dispositivos da Reforma Agrária. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm)> Acesso em: 03 abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Lei das Cooperativas. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm)> Acesso em: 03 abr. 2014.



BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. Programa de Investimento do Governo Federal. Guia Informal. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008, 319 p.

BRASIL, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2015a.

BRASIL, **Código Civil Brasileiro de 2002**, Senado Federal, Brasília, DF: 2015b.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Lei da Propriedade Industrial. Brasília, **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, 2015c.

BRASIL. Decreto no. 7358, de 17 de novembro de 2010. **Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**, Presidência da República, Brasília, DF, 2015d.

BRASIL. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos modalidade leite (PAA-leite) e das famílias dos beneficiários consumidores do leite. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**, Brasília, novembro de 2011.

PEREIRA, B. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**, Brasiliense, São Paulo, 1984.

CÂNDIDO, P. A.; MALAFAIA, G. C.; REZENDE, M. L. A exploração do pequi na região norte de Minas Gerais: abordagem por meio do Sistema Agroalimentar Localizado. **Revista IDeAS**. v. 5, n 2, p. 118- 138, 2012.

CARNEIRO, P. A. S.; FONTES, M. P. F.; FONTES, R. Proposição de políticas públicas de desenvolvimento regional do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha (MG). **Caminhos de Geografia - Revista online**. Uberlândia, v. 14, n. 17, p. 147 - 166, fev. 2006. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 30 set. 2015.

CARNEIRO, P. P. **Cooperativismo: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho**. FUNDEC, Belo Horizonte, 1981.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.

CIAT. Conselho para Implementação de Ações Territoriais. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Jequitinhonha**. Brasília: MDA, 2006. 290 p. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_territorio005.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio005.pdf)> Acesso: 24 out. 2015.

CONAB. **COMUNICADO CONAB/MOC Nº 013, DE 16/07/2015**. Normas Específicas de Leite – Safra 2015/2016, Brasília, DF, 2015.

CRIBB, A. Y.; CRIBB, S. L. S. P. Gestão cooperativista e verticalização agroindustrial: estratégias para a agricultura familiar, **Revista Tecnologia e Inovação Agropecuária**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 110-119, dez. 2008.

FAO/INCRA. **Diretrizes da política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1995. Resumo do relatório final do projeto. UTF/BRA/036 (2.<sup>a</sup> versão).

FERNANDES, V. S. **Análise da metodologia do programa regional de desenvolvimento local sustentável desenvolvido pelo PNUD/SUDENE**: Projeto de Cooperação Técnica BRA/98/017, VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luiz, 2015.

FERRO, R. C. Arranjos produtivos locais (APL's) das agriculturas familiares: estudo para uma nova gestão sustentável no setor gastronômico. **Contextos da Alimentação – Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade**, vol. 3 n. 2 – Maio de 2015, São Paulo: Centro Universitário SENAC, 2015.

FRANTZ, W. O Cooperativismo e a prática cooperativa. **Revista Perspectiva Econômica: Cooperativismo**. São Leopoldo, vol. 16, n 3, p. 53-71, 1985.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1964.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONI, J. A. O que é metodologia GESPAR. **Projeto Banco do Nordeste/PNUD, Série Cadernos Técnicos** Recife, n. 1, 1999.

GONI, J. A.; ZAPATA, T. – Um Programa de capacitação e transferência de metodologia para o desenvolvimento econômico local. **Projeto Banco do Nordeste/PNUD, Série Cadernos Técnicos**, n. 1, 1997.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI, C. R.; ICHIHARA, S. M. **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1981.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/c>> Acesso em: 04 de setembro 2015.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: um processo em construção**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura; Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998, 316 p.

JARDIM, M N. L. **O Vale e a vida: história do Jequitinhonha**. Belo Horizonte, Armazém das idéias, 1998.

JÚNIOR, R. R. O. **Inovação em gestão e desenvolvimento local: A Experiência do Programa de Fortalecimento Gerencial das Associações Comunitárias Beneficiada pelo PCPR-MG. II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 7: Governança social e reorganização dos espaços públicos no Brasil**, 2009.

JÚNIOR, W. F. **Organização de associações de produtores rurais de acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10-01-2002)**. São Paulo: ICA, 2006.

JÚNIOR, S, D. S.; COSTA. F. J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e *phrase completion*. **PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**. São Paulo, v. 15, p. 1-16, out. 2014.

INTERTECHNE. **Relatório do inventário hidrelétrico das bacias dos rios Jequitinhonha e Araçuaí**, Curitiba, 2009.

IICA. A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas do IICA. **Serie desenvolvimento rural sustentável**. Brasília. v.16, 2012.

LEITE, G. S. **O Cooperativismo como instrumento constitucional de garantia do desenvolvimento nacional**. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Marília, Marília, 2013.

LOVO, I. C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. 2011. 292 f. Tese (Doutorado Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

KAUFMAN, D. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. **Galáxia**. São Paulo, n. 23, p. 207-218, jun. 2012.

KRISHNAMURTI. **A Cultura e o problema humano**, São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

MANÇANO, R. V. **O Associativismo como fator de desenvolvimento econômico local: estudo de caso da associação dos produtores rurais de Corumbataí do Sul**. 2008. 74 f.

Dissertação (Mestrado Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Editora Unimpep, Piracicaba –SP, 1998.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**. Campinas, 21(Suplemento): 145s-158s, jul./ago., 2008.

MIGUEL, L. Oligarquia, democracia e representação no pensamento de Michels. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 13. p. 137-154 jan/abr. 2014.

MIRANDA, A. A. B. O Conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v.16, n 1, p. 123-132, jan./jun. 2012.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 26 n. 74, p. 51-64 , 2012.

NORONHA, A. F. B.; RIBEIRO, A. E. M. Extensão Rural, agroecologia e inovação na agricultura familiar do vale do jequitinhonha. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. Lavras, v.11, n. 2, 2009.

NUNES, E. M. SCHNEIDER, S.; FILIPPI, E. E. **Arranjos produtivos locais e agricultura familiar no pólo de desenvolvimento integrado Assu-Mossoró (RN)**, 2006.

OLIVEIRA, S. C. **O Controle Social e suas (Re)Significações**: apontamentos sobre a idéia de controle social sobre a administração pública do Brasil. IV Jornada de Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhã, 2012.

OLIVEIRA, A. W. S. **Desenvolvimento territorial, políticas públicas e inovação social no Alto Jequitinhonha – MG**. 2015. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *Campus* Presidente Prudente/SP, 2015.

OLIVEIRA, B. E. R. **Desenvolvimento rural sustentável e as condições de vida dos agricultores familiares na Zona da Mata Mineira**: os casos comparados de Tombos e Araponga. 2014. 179 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

OLIVEIRA, N. B. **Cooperativismo**: guia prático. OCERGS, Porto Alegre, 1984.

ONU. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**,

Estocolmo, 1972.

PAIVA, R. V. **Os limites da normatização sanitária: qualidade microbiológica e tradição produtiva e alimentar.** 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

PAULINO, E. J. **O sistema alimentar no município de Couto de Magalhães de Minas: a inserção da agricultura familiar no comércio local.** 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2013.

PAULINO, E. J., *et al.* Comércio de alimentos em uma feira livre de um município no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento Social.** Montes Claros, vol. 1, n. 14, 2015.

PAULINO, E. J., *et al.* Agricultura familiar em um Município do Alto Jequitinhonha. **Revista Desenvolvimento Social.** Montes Claros, v. 01, n. 13, 2014.

PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. Capitalismo, agricultura familiar e mercados. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 98 – 121, set/dez. 2011.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no mundo e no Brasil: descentralização, privatização e Financiamento**, Senado Federal, Brasília, 2009.

PEREIRA, V. G.; RIBEIRO, E. M. Novos padrões de migração entre agricultores familiares reassentados do Alto Jequitinhonha, MG. **Revista Organizações Rurais & Agroindustriais.** Lavras, v. 16, n. 1, p. 62-76, 2014.

PRADO, Jr. C.. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1976.

REBONATTO, C.A.T. O Cooperativismo e a Prática Cooperativa. **Perspectiva Econômica, Cooperativismo**, São Leopoldo, vol. 01, n. 16, p. 53-71, 1985.

RIBEIRO, E. M. **Lembranças da terra**, Belo Horizonte: CEDEFES, 1996.

RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M.; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; AYRES, E. C. B.; ASSIS, T. P. Agricultura Familiar e Programas de Desenvolvimento Rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 45, p. 1075-1102, 2007.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; MOREIRA, T. M.B.; AYRES, E. B. Da fraqueza à força: produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do Jequitinhonha mineiro. **Revista Agriculturas**, v. 11, n. 2, jul. 2014.

RIBEIRO, E. M., GALIZON, F. M. **Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no Alto Jequitinhonha**, Minas Gerais, APEBUB, sem data.

RICCI, R. Controle social: um conceito e muitas confusões. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 98, ano IX, jul. 2009.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

RODRIGUES, M. **Cadeias produtivas: alguns conceitos introdutórios**. ETENE/BNB, Fortaleza, 2012.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia e administração**. Editora Nova Cultural, São Paulo – SP, 1996.

SANTOS, N. C. **Geração de renda na agricultura familiar por meio da produção coletiva: a experiência da ELETROBRAS com o centro comunitário da produção na Ponta Porã/MS**. VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luiz, 2015.

SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e Desenvolvimento Comunitário. **Revista Mediações**, Londrina, v.8, n. 2, p. 9-26, jul/dez., 2003.

SCHNEIDER, J. O. Problemas do cooperativismo agrícola brasileiro. **Revista Perspectiva Econômica: Cooperativismo**. Rio Grande do Sul, ano XIX, n. 43, p. 9-21, 1984.

SCLIAR, C. Dotação mineral, meio ambiente e desenvolvimento no alto Jequitinhonha. **Geonomos**, Uberlândia, vol. 3, n.1 p. 65-75, 2003.

SCOPINHO, R.A. “Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais”, **Revista Psicologia & Sociedade**. São Paulo, vol. 19, edição especial 1, p. 84-94, 2007.

SEBRAE. **Cooperativismo e associativismo: instrumento de integração, parceria e realização**. SEBRAE, Belo Horizonte, 1997.

SENAR, **Administração da empresa rural: ambiente externo**. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: SENAR, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Porto Alegre, 2001, **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. EMATER-RS/ASCAR, v. 2, n. 1, p. 41, jan/mar 2001.

SILVA, D. F. **Sistemas agrários e agricultura no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**.

2014. 241 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS. 2014.
- SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Revista Nova economia**. Belo horizonte, vol. 01, n. 7 p. 43-81, mai. 1997.
- SILVA, M. N. S; TUBALDINI, M.A.S. O pequi como recurso de uso comum e patrimônio cultural sertanejo. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro - v. 1, n. 25, v. 1, p.161-182, jul. 2014.
- VALADARES, J. H. **A Moderna administração em cooperativas**. Rio de Janeiro – MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas de Saúde – Realização Fundação Getúlio Vargas – Cursos “in Company”, 2009.
- VIEIRA, A. P. **Política agrícola**, UFLA/FAEPE, Lavras – MG, 1998.
- VOGT, S. P. C., **A Construção social do mercado institucional de alimentos**: estudo de caso do programa de aquisição de alimentos na região celeiro – RS. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2009.
- WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, out. p. 62-87, 2003.
- ZALAFON, M.; DUARTE, M; RODRIGUES, A. F. **A importância do capital humano nas empresas**. UEM, Maringá, 2010.
- ZAPATA, T. – Capacitação, associativismo e desenvolvimento local. Projeto Banco do Nordeste/PNUD. **Série Cadernos Técnicos**. Recife, n. 1, Recife, 1997.

## **APÊNDICE I - ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR – AGRICULTORES**

### **FAMILIARES**

Entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Comunidade: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_  
Estado Civil: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_  
Entrevistador: \_\_\_\_\_

#### **01. Nível de Escolaridade:**

1. ( ) Não frequentou a escola, não sabe ler nem escrever, e também não saber assinar o nome.
2. ( ) Não frequentou a escola, não sabe ler nem escrever, mas sabe assinar o nome.
3. ( ) Não frequentou a escola, mas sabe ler e escrever.
4. ( ) Ensino Fundamental Incompleto
5. ( ) Ensino Fundamental Completo
6. ( ) Ensino Médio Incompleto
7. ( ) Ensino Médio Completo
8. ( ) Ensino Superior incompleto
9. ( ) Ensino Superior completo

#### **2) Durante o exercício da sua atividade profissional já sofreu algum acidente?**

- a. Cortes ( ) Sim ( ) Não. Quantidade: \_\_\_\_\_
- b. Arranhões ( ) Sim ( ) Não. Quantidade: \_\_\_\_\_
- c. Picadas de animais peçonhentos ( ) Sim ( ) Não. Quantidade: \_\_\_\_\_
- d. Outros/quantificar: \_\_\_\_\_

#### **3) Possui algum problema de saúde ou já teve algum problema de saúde?**

1. ( ) Sim. Quais? \_\_\_\_\_
2. ( ) Não

#### **4) Há quanto tempo comercializa a sua produção agrícola?**

- 1 ( ) Menos de 5 anos 2 ( ) 5 a 10 anos 3 ( ) Acima de 10 até 16 anos 4 ( ) Mais de 16 anos

#### **5) É sua atividade principal? 1. ( ) Sim 2 ( ) Não, qual é a principal? \_\_\_\_\_**

#### **6) Quem participa das reuniões, eventos e capacitações promovidas pelas organizações de produtores e de apoio?**

1. ( ) Só você
2. ( ) Você e seus familiares
3. ( ) Outras pessoas. Quem? \_\_\_\_\_

#### **7) Em geral, para quem vende a sua produção?**

1. ( ) Comerciantes locais
2. ( ) Comerciantes de fora
3. ( ) Consumidores finais. Onde (feira, veículo próprio, outro local) \_\_\_\_\_



4. ( ) Por meio da associação/cooperativa

5. ( ) Outros \_\_\_\_\_

**8) Qual a forma de pagamento utilizada?**

1. ( ) À vista 2. ( ) A prazo 3. ( ) Antecipado 4. ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**9) É associado à cooperativa e/ou associação?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não. Qual? \_\_\_\_\_

**10) Quanto a sua organização, o senhor participa das reuniões realizadas pela associação/ cooperativa?**

1. ( ) Sempre 2. ( ) As vezes 3. ( ) Nunca

**11) Você participa das reuniões, percebe que:**

1. ( ) Trata de assuntos importantes para o produtor

2. ( ) Trata de assuntos que interessam somente a diretoria sindicato/associação/cooperativa

3. ( ) Trata tanto de assuntos de interesse do produtor como de interesse da diretoria

**12) Como você sente que a diretoria do Sindicato/Associação/Cooperativa representa seus interesses?**

( ) Não concordo totalmente

( ) Não concordo parcialmente

( ) Indiferente

( ) Concordo parcialmente

( ) Concordo totalmente

**13) Como você se sente em relação à sindicato/associação/cooperativa?**

1. ( ) Muito próximo 2. ( ) Relativamente próximo 3. ( ) Pouco próximo

**14) Se associar foi positivo ou negativo para a propriedade?**

1. ( ) Positivo 2. ( ) Indiferente 3. ( ) Negativo

**15) O que essa união proporcionou a propriedade? (Caso positivo)**

1. ( ) Maior inserção no mercado 2. ( ) Aumento no lucro 3. ( ) Obtenção de crédito rural 4. ( )

Acesso a máquinas e equipamentos 5. ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**16) O que essa união proporcionou a propriedade? (Caso negativo)**

1. ( ) Prejuízo 2. ( ) Desavenças 3. ( ) Desarmonia 4. ( ) Perda de identidade 5. Outros \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE II - ENTREVISTA EXPLORATÓRIA SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR – PARCEIROS**

### **Questões básicas:**

- 1) Você estima em quanto o número de agricultores familiares vinculados a agricultura familiar na região?
- 2) Qual a estimativa renda/família gerada pela agricultura na região?
- 3) Há algum tipo da assistência técnica disponibilizada no município para a agricultura familiar?
- 4) Há fornecedores de crédito rural para agricultor familiar na região? Em caso positivo, qual o número de usuários de crédito oficial?
- 5) Qual o percentual de participação em organização (cooperativas/associações) dos agricultores familiares região?
- 6) Qual o número de pessoas envolvidas diretamente na cadeia produtiva agricultura familiar?
- 7) Qual a importância das organizações de produtores rurais para a cadeia produtiva do município
- 8) Quais os principais entraves para o desenvolvimento das organizações de produtores rurais no município de Couto de Magalhães?
- 9) Segurança Alimentar e Nutricional
  - Levar o entrevistado a falar o que sabe sobre o conceito/definição de SAN; como ele percebe o papel da organização dentro do Sistema alimentar e sua relação com a SAN;

# APÊNDICE III - ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR – ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES

## ROTEIRO PARA ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES

### 1. DADOS CADASTRAIS

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Insc. Estadual: \_\_\_\_\_

Endereço Completo: \_\_\_\_\_

Nome do Representante: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

### 2. ESTRUTURA

#### a) Estrutura de Produção

- Máquinas? Sim ( ) Não ( ). Quais/quantidade: \_\_\_\_\_

- Galpão? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

- Condições saneamento adequado (água tratada e destino desejos) Sim ( ) Não ( )

- Banheiros? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

- Laboratório? Sim ( ) Não ( ). Tipo/quantidade: \_\_\_\_\_

-Equipamentos de segurança? Sim ( ) Não ( ). Quais/quantidade: \_\_\_\_\_

#### b) Infra-estrutura de Administração

Escritório? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Computador? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Telefone? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Fax? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Outros (citar e quantidade): \_\_\_\_\_

#### c) Infra-estrutura de Armazenagem e Comercialização

Câmara fria? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Armazém? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Silo? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Loja? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Outros (citar e quantidade): \_\_\_\_\_

**d) Infra-estrutura de Transporte**

Caminhão aberto? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Caminhão Frigorífico? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Bicicleta? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Carroça? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

Moto? Sim ( ) Não ( ). Quantidade: \_\_\_\_\_

**3. FATURAMENTO E QUADRO SOCIAL**

a) Faturamento Médio Mensal (média dos últimos 12 meses): \_\_\_\_\_

b) Número de Associados ativos: \_\_\_\_\_

c) Número de famílias beneficiadas com as operações da Associação/Cooperativa: \_\_\_\_\_

**4. A Associação/Cooperativa possui alguma parceria com Governo ou ONGs?**

1. ( ) Não 2. ( ) Sim. Qual? Entidade Parceira: \_\_\_\_\_

Tipo de Apoio: 1. ( ) Técnico 2. ( ) Financeiro 3. ( ) Comercial

Entidade Parceira: \_\_\_\_\_

Tipo Apoio: 1. ( ) Técnico 2. ( ) Financeiro 3. ( ) Comercial

**5. Qual a principal dificuldade encontrada na comercialização agrícola (marcar a principal)**

1. ( ) Falta de uma cooperativa

2. ( ) Falta de união

3. ( ) Falta de infra-estrutura adequada

4. ( ) Falta de capital de giro

5. ( ) Falta de veículos para transporte dos produtos

6. ( ) Falta apoio governamental (estado, município, governo federal)

7. ( )

Outra. \_\_\_\_\_

**6. Qual a principal dificuldade encontrada na produção: (marcar a principal)**

1. ( ) Falta de Unidade de Processamento

2. ( ) Falta de Unidade de Beneficiamento

3. ( ) Falta de mão-de-obra local capacitada

4. ( ) Falta de capital de giro

5. ( ) Falta de veículos para transporte dos produtos

6. ( ) Falta de matéria-prima

7. ( )

Outra. \_\_\_\_\_

**7. Assistência Técnica que a Associação/Cooperativa costuma receber:**

1. ( ) EMATER Regularmente ( ) Esporádico ( )
2. ( ) SENAR Regularmente ( ) Esporádico ( )
3. ( ) Universidade: Quais? \_\_\_\_\_ Regularmente ( ) Esporádico ( )
4. ( ) SEBRAE Regularmente ( ) Esporádico ( )
5. ( ) Outros: \_\_\_\_\_ Regularmente ( ) Esporádico ( )

**8. A Associação/Cooperativa fornece algum tipo de assistência técnica aos agricultores familiares?**

- 1 ( ) Sim. Qual. 2 ( ) Não

**9. A Associação/Cooperativa comercializa a produção do associado:**

1. ( ) Diretamente para o consumidor final \_\_\_\_\_ %
2. ( ) Atacadistas - \_\_\_\_\_ %
3. ( ) Varejistas - \_\_\_\_\_ %
4. ( ) Feirante - \_\_\_\_\_ %
5. ( ) Hotéis e restaurantes- \_\_\_\_\_ %
6. ( ) Outros - \_\_\_\_\_ %
7. ( ) não comercializa

## **APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Agricultor Familiar**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**  
**Comitê de Ética em Pesquisa**



### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – Pequeno Produtor**

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa intitulada: “AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: a participação das organizações de produtores rurais no sistema alimentar do município de Couto de Magalhães de Minas” você está sendo convidado pelos seguintes motivos: é pequeno produtor rural e morador do município de Couto Magalhães de Minas.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com a UFVJM ou com a associação ou sindicato rural de Couto Magalhães de Minas.

O objetivo deste trabalho é analisar os problemas e dificuldades das organizações de produtores rurais na comercialização agrícola no município de Couto Magalhães de Minas.

Os resultados obtidos poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) de forma alguma nos documentos públicos.

Sua participação será apenas para responder o questionário. Os riscos relacionados com sua participação são o constrangimento e desconforto e serão diminuídos pelos seguintes procedimentos: interrupção da aplicação do questionário ou mesmo o fim de sua participação no projeto.

Espera-se que possa contribuir para a melhoria da comercialização agrícola do município de Couto de Magalhães de Minas.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

COORDENADORA DO PROJETO: PROFA. DRA. NADJA MARIA GOMES  
MURTA - CPF 411.417.766-34  
CONTATO: CAMPUS JK - RODOVIA MGT 367 – KM 583, Nº 5000. BAIRRO  
*ALTO DA JACUBA* DIAMANTINA/MG CEP 39100-000.  
TELEFONE (38) 3532 12000 CEL. 038 8822 6385

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da pesquisa e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos seus resultados, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do sujeito da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura do Sujeito da Pesquisa: \_\_\_\_\_

---

Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM  
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba–  
Diamantina/MG CEP39100000  
Tel.: (38)3532-1240 –  
Coordenador: Prof. Disney Oliver Sivieri Junior  
Secretaria: Ana Flávia de Abreu  
Email: [cep.secretaria@ufvjm.edu.br](mailto:cep.secretaria@ufvjm.edu.br) e/ou [cep@ufvjm.edu.br](mailto:cep@ufvjm.edu.br).

## **APÊNDICE V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Parceiros**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**  
**Comitê de Ética em Pesquisa**



### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – Parceiro**

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa intitulada: “AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: a participação das organizações de produtores rurais no sistema alimentar do município de Couto de Magalhães de Minas” você está sendo convidado pelos seguintes motivos: foi caracterizado como ator social relevante na cadeia produtiva na sua região e tem atuação direta no apoio ao pequeno produtor.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com a UFVJM ou com a associação ou sindicato rural de Couto Magalhães de Minas.

O objetivo deste trabalho é analisar os problemas e dificuldades das organizações de produtores rurais na comercialização agrícola no município de Couto Magalhães de Minas.

Os resultados obtidos poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) de forma alguma nos documentos públicos.

Sua participação será apenas para responder o questionário. Os riscos relacionados com sua participação são o constrangimento e desconforto e serão diminuídos pelos seguintes procedimentos: interrupção da aplicação do questionário ou mesmo o fim de sua participação no projeto.

Espera-se que possa contribuir para a melhoria da comercialização agrícola do município de Couto de Magalhães de Minas.



Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

COORDENADORA DO PROJETO: PROFA. DRA. NADJA MARIA GOMES  
MURTA - CPF 411.417.766-34

CONTATO: CAMPUS JK - RODOVIA MGT 367 – KM 583, Nº 5000. BAIRRO  
*ALTO DA JACUBA* DIAMANTINA/MG CEP 39100-000.  
TELEFONE (38) 3532 12000 CEL. 038 8822 6385

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da pesquisa e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos seus resultados, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do sujeito da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito de pesquisa: \_\_\_\_\_

---

Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM  
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba–  
Diamantina/MG CEP39100000  
Tel.: (38)3532-1240 –  
Coordenador: Prof. Disney Oliver Sivieri Junior  
Secretaria: Ana Flávia de Abreu  
Email: [cep.secretaria@ufvjm.edu.br](mailto:cep.secretaria@ufvjm.edu.br) e/ou [cep@ufvjm.edu.br](mailto:cep@ufvjm.edu.br) e/ou [cep@ufvjm.edu.br](mailto:cep@ufvjm.edu.br)

## **APÊNDICE VI – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Representante das Organizações de Agricultores**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**  
**Comitê de Ética em Pesquisa**



### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – Representante de Organização**

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa intitulada: “AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: a participação das organizações de produtores rurais no sistema alimentar do município de Couto de Magalhães de Minas” você está sendo convidado pelos seguintes motivos: foi caracterizado como representante de associação, cooperativa ou sindicato do município de Couto Magalhães de Minas.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com a UFVJM ou com a associação ou sindicato rural de Couto Magalhães de Minas.

O objetivo deste trabalho é analisar os problemas e dificuldades das organizações de produtores rurais na comercialização agrícola no município de Couto Magalhães de Minas.

Os resultados obtidos poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) de forma alguma nos documentos públicos.

Sua participação será apenas para responder o questionário. Os riscos relacionados com sua participação são o constrangimento e desconforto e serão diminuídos pelos seguintes procedimentos: interrupção da aplicação do questionário ou mesmo o fim de sua participação no projeto.

Espera-se que possa contribuir para a melhoria da comercialização agrícola do município de Couto de Magalhães de Minas.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

COORDENADORA DO PROJETO: PROFA. DRA. NADJA MARIA GOMES  
MURTA - CPF 411.417.766-34  
CONTATO: CAMPUS JK - RODOVIA MGT 367 – KM 583, Nº 5000. BAIRRO  
*ALTO DA JACUBA* DIAMANTINA/MG CEP 39100-000.  
TELEFONE (38) 3532 12000 CEL. 038 8822 6385

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da pesquisa e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos seus resultados, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do sujeito da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito de pesquisa: \_\_\_\_\_

---

Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM  
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba–  
Diamantina/MG CEP39100000  
Tel.: (38)3532-1240 –  
Coordenador: Prof. Disney Oliver Sivieri Junior  
Secretaria: Ana Flávia de Abreu  
Email: [cep.secretaria@ufvjm.edu.br](mailto:cep.secretaria@ufvjm.edu.br) e/ou [cep@ufvjm.edu.br](mailto:cep@ufvjm.edu.br) e/ou [cep@ufvjm.edu.br](mailto:cep@ufvjm.edu.br)

## Apêndice VII - Feira Livre de Couto Magalhães de Minas



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

## **Apêndice VIII – Praça Principal da Cidade de Couto Magalhães de Minas/MG**



Fonte: Dados da Pesquisa/2015.

**Apêndice IX - Estimativas de população segundo situação básica de domicílio América Latina e Brasil, 1990/2050**

	<b>1990</b>	<b>2010</b>	<b>2030</b>	<b>2050</b>
<b>Valores Absolutos</b>				
Brasil	149.689.806	199.991.561	238.326.479	238.326.479
Urbana	111.847.452	170.017.429	209.871.881	227.640.937
Rural	37.842.354	29.974.132	28. 454. 598	28.518.722
Rural/Total	25,3	15,0	12,0	11,1
<b>América Latina</b>	<b>433.594.916</b>	<b>582.417.247</b>	<b>701.822.556</b>	<b>762.041.106</b>
Urbana	306.222.673	463.152.062	588.010.440	651.519.246
Rural	127.372.243	119.265.185	113.812.116	110.521.860
Rural/Total	29,4	20,5	16,2	14,5

Fonte: Adaptado IICA (2012, p. 38).

## Anexo I – Produto Interno Bruto Estadual por Regiões do Estado de Minas Gerais



Fonte: CIAT (2006, p. 80).